



Gestão de Desporto: Promoção de Eventos de Boxe

Relatório de Estágio Profissionalizante no Departamento de Boxe do Boavista Futebol Clube

Relatório de Estágio Profissionalizante apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, com vista à obtenção do grau de mestre em Gestão Desportiva referente ao curso do 2º ciclo (Decreto-Lei nº74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho e pelo Decreto-Lei nº 230/2009, de 14 de setembro)

Orientador: Prof. Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes

Supervisores: Coordenador: Sr. Carlos Pereira Caldas/ Dr. Ricardo Sérgio Ferreira Correia da Rocha

Marco António Barros Gouveia

Porto, Junho 2022

Ficha de Catalogação

Gouveia, M.A.B. (2022). A promoção de eventos desportivos no Boxe. Relatório de estágio profissionalizante na academia de Boxe do Boavista Futebol Clube. Porto: M. Gouveia. Relatório de Estágio Profissionalizante para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO DO DESPORTO, ASSOCIATIVISMO DO DESPORTO, BOXE, EVENTOS DESPORTIVOS, BOAVISTA FUTEBOL CLUBE.

“Quem não tem coragem para arriscar não conquistará nada na vida.”

Muhammad Ali, lutador de boxe

“Você não pode desistir de seus sonhos porque tem filhos ou por ter chegado a uma determinada idade. Foi essa determinação que me fez ganhar medalhas com 40 anos.”

Dara Torres, nadadora

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com o apoio e incentivo de diversas pessoas, sem as quais o mesmo não seria possível e a quem demonstro, desde já, a minha gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Pedro Sarmiento, pelo apoio, disponibilidade, opinião e compreensão que em muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos meus supervisores, Sr. Carlos Pereira Caldas e Dr. Ricardo Sérgio Ferreira Correia da Rocha, pela oportunidade que me ofereceram, assim como pela sua receção, acompanhamento e apoio em todos os momentos do meu estágio.

Aos amigos de sempre, um muito obrigado pela vossa presença na minha vida, paciência e apoio em todos os momentos. Sem dúvida que sem vocês as dificuldades teriam sido muito maiores.

À minha família por todo o apoio, por estarem sempre lá!

Obrigado a todos!

Índice Geral

Agradecimentos.....	V
Índice de Figuras.....	IX
Índice de Quadros.....	X
Resumo.....	XII
Abstract.....	XIII
Lista de Abreviaturas.....	XV
Introdução.....	1
1. Enquadramento da Prática Profissional	5
1.1. Enquadramento Geral do Estágio	5
1.1.1. Plano de Estágio	6
1.2. Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	8
1.2.1. História do Boavista Futebol Clube (BFC)	9
1.2.2. Caracterização BFC.....	14
1.2.3. Organigrama.....	15
1.2.4. Academia de Boxe do BFC.....	17
2. Revisão Bibliográfica.....	23
2.1. Gestão do Desporto.....	23
2.1.1. Gestor do Desporto.....	25
2.1.2. Desenvolvimento Desportivo.....	26
2.2. Contextualização da Modalidade do Boxe.....	29
2.2.1. História Mundial do Boxe.....	30
2.2.2. O Boxe em Portugal.....	32

2.2.3. Época Heroica do Boxe.....	33
2.2.4. O Boxe como Modalidade Olímpica.....	33
2.2.5. Origem da Associação de Boxe do Porto.....	36
2.2.6. Aspeto Social do Boxe.....	38
2.3. O Associativismo do Boxe.....	41
2.4. Contexto Legal.....	47
2.5. Estatuto de Utilidade Pública no Boxe.....	49
2.6. Entrevista a Profissional de Direito da FPB.....	55
2.7. Boxe Profissional em Portugal.....	56
3. Realização do Estágio.....	60
3.1. Competências Funcionais e Definição do Plano de Ação.....	60
3.2. Atividades Desenvolvidas no Estágio Profissionalizante.....	61
3.2.1. Área Administrativa.....	61
3.2.2. Organização de Eventos de Boxe.....	63
4. Reflexão Crítica e Conclusões.....	73
5. Referencias Bibliográficas.....	76

Índice de Figuras

Figura 1: Estádio do Bessa, séc. XXI.....	8
Figura 2: Emblema do BFC.....	11
Figura 3: Camisola do BFC, época 2021/2022.....	12
Figura 4: Presidente do BFC, Dr. Vítor Murta.....	13
Figura 5: Organigrama da estrutura hierárquica da direção do BFC.....	15
Figura 6: Treinador de Boxe, Sr. Pinto Lopes.....	17
Figura 7: Treinador de Boxe, Sr. Carlos Caldas.....	17
Figura 8: Academia de Boxe do BFC.....	20
Figura 9: Luvas de Boxe do campeão Mundial TWBA Jorge Jeremias.....	20
Figura 10: Pugilista Campeão Nacional António Rodrigues.....	21
Figura 11: Torneio de Boxe Olímpico Golden Gloves.....	64
Figura 12: Gala de Boxe Profissional.....	65
Figura 13: Campeonato Nacional de Boxe de Séniores.....	66
Figura 14: Festival de artes marciais e desportos de combate.....	67
Figura 15: Festival de artes marciais e desportos de combate.....	68
Figura 16: Festival de artes marciais e desportos de combate.....	68
Figura 17: Festival de artes marciais e desportos de combate.....	69
Figura 18: Fight Night.....	70
Figura 19: Gala dos Campeões.....	70
Figura 20: Gala dos Campeões.....	71
Figura 21: Eventos a decorrer após término do estágio.....	71

Índice de Quadros

Quadro 1: Plano de estágio profissionalizante.....	7
Quadro 2: Modalidades amadoras do Boavista FC.....	13
Quadro 3: Constituição da assembleia geral do Boavista FC.....	16
Quadro 4: Constituição do conselho fiscal e conselho geral do Boavista FC.....	16

Resumo:

O presente relatório diz respeito ao Estágio Profissionalizante elaborado no departamento de Boxe do Boavista Futebol Clube, doravante designado com BFC.

O principal objetivo deste estágio pretendeu a integração na prática, das competências teóricas apreendidas na área da gestão desportiva. Pretendeu também a aquisição e desenvolvimento de competências fundamentais para o desempenho do papel de gestor do desporto.

No trabalho prático, as atividades desenvolvidas no estágio iam de encontro aos objetivos do departamento que, em suma, se baseavam na promoção do departamento de Boxe do BFC, através do lançamento de produtos/serviços, angariação de novos atletas, angariação de novos patrocinadores, e sobretudo organização de eventos desportivos.

As atividades e tarefas realizadas foram enquadradas em duas áreas essenciais, a área administrativa e a área da organização de eventos.

Neste campo, as competências de um gestor desportivo na organização de eventos e gestão de instalações desportivas revelou-se fundamental para a superação dos desafios que foram surgindo. Por outro lado, fatores como a escassez de recursos humanos e financeiros condicionaram o desenvolvimento do departamento. Apesar disso, os objetivos propostos foram cumpridos, esperando um futuro de mudanças.

Este relatório foi estruturado em 5 partes, correspondentes a 5 capítulos. No primeiro capítulo é efetuada um enquadramento da prática profissional. No segundo abordam-se, no enquadramento conceptual, as temáticas relevantes para o trabalho prático. No terceiro diz respeito às atividades desenvolvidas no estágio profissionalizante. Já no quarto capítulo elabora-se uma reflexão crítica do estágio. O quinto capítulo diz respeito às referências bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO DO DESPORTO, ASSOCIATIVISMO DO DESPORTO, BOXE, EVENTOS DESPORTIVOS, BOAVISTA FUTEBOL CLUBE

Abstract:

The present report concerns the Professional Training carried out in the Boxing department of Boavista Futebol Clube, henceforth BFC.

The main objective of this internship was the practical integration of the theoretical skills learned in the area of sports management. It also intended to acquire and develop fundamental skills for the performance of the role of sports manager.

In practical work, the activities developed in the internship met the department's objectives, which, in short, were based on the promotion of BFC's Boxing department, through the launch of products/services, attracting new athletes, attracting new sponsors, and above all the organization of sporting events.

The activities and tasks carried out were framed in two essential areas, the administrative area and the event organization area.

In this field, the skills of a sports manager in the organization of events and management of sports facilities proved to be fundamental for overcoming the challenges that arose. On the other hand, factors such as the scarcity of human and financial resources conditioned the development of the department. Despite this, the proposed objectives were met, expecting a future of changes.

This report was structured in 5 parts, corresponding to 5 chapters. The first chapter provides a framework for professional practice. The second addresses, in the conceptual framework, the themes relevant to practical work. The third concerns the activities developed in the professional internship. In the fourth chapter, a critical reflection of the internship is elaborated. The fifth chapter concerns the bibliographic references.

KEY WORDS: SPORTS MANAGEMENT, ASSOCIATIVISM, BOXING, SPORTING EVENTS, BOAVISTA FUTEBOL CLUBE.

Lista de Abreviaturas

a.c.- Antes de Cristo

ABP- Associação de Boxe do Porto

BFC – Boavista Futebol Clube

d.c.- Depois de Cristo

EP- Estágio profissionalizante

FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

FPB- Federação Portuguesa Boxe

GD – Gestão Desportiva

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

Introdução:

A área da gestão do desporto em Portugal tem enfrentado exigentes desafios, exigindo profissionais empenhados e com formação adequada.

A realização de um estágio nesta área profissional proporciona o contato direto com a prática e permite projetar o nosso futuro profissional nesta área.

O desporto tem um passado que obriga a ter futuro, (Jesus, 1999). A história fez com que o desporto crescesse, se diferenciasse, oferecendo novas modalidades, motivando assim, cada vez mais utilizadores, quer como espetadores, ou como praticantes. Esta expansão acentuada do desporto, nos seus diversos estilos, fez com que este ganhasse maior relevância na nossa sociedade e se tornasse um fator importante para o desenvolvimento humano (Costa, 2011).

Atualmente, é frequentemente praticado por ambos os sexos e, sendo este altamente diversificado, as atividades desportivas vão desde a recreação até ao alto rendimento. Portanto, trata-se assim de um acontecimento não só plural, quer no que concerne à diversidade de desportos como à sua clientela, esta nos mais variados estados de desenvolvimento, mas também de um fenómeno cultural. A proximidade relacional com a sociedade onde se insere faz com que este se exprima das mais variadas proporções, e de diversas intensidades, reproduzindo os valores desta (Bento, 2004; Costa, 2014).

Os cenários variam por diversas instituições, desde escolas, ginásios, clubes, recintos desportivos e natureza (Pitts & Scotlar, 1996). Até o setor do turismo evoluiu, encontrando zonas de conexão com o desporto, gerando assim o turismo desportivo, que é constituído por turismo da prática desportiva, turismo de espetáculo desportivo e outros contextos turístico-desportivos (Carvalho & Lourenço, 2009).

Para Bento (2014) o praticante tenta alcançar no desporto aquilo que, por vezes, não encontra ou atinge em outros contextos da sua vida. Uns procuram formação, saúde, forma física, performance ou alto rendimento. Outros tentam obter a alegria ou vitória, felicidade momentânea, que não encontram facilmente noutros cenários.

Em Portugal, podemos afirmar, sem receio, que grande parte da população está envolvida com o Desporto (Sá & Sá, 2009).

O desporto é uma atividade muito rentável, que o digam inúmeras empresas e marcas cuja atividade, independentemente de pertencer ou não ao setor desportivo, utiliza o desporto como veículo de comunicação para impulsionar seus negócios e chegar assim ao seu público-alvo (Brooks, 1994); (Sá, 2017).

A pluralidade de agente e práticas, assim como de abordagens, faz do desporto uma das áreas mais rentáveis em todo o mundo. A dimensão do mercado, cresce a cada dia que passa.

Para Sarmiento (2011) o desporto é um excelente meio de divulgação dos mais diversos tipos de mensagens e a crescente noção deste fato aumenta a sua utilização como difusor social, o que num contexto de tão profunda evolução no mercado dos eventos, acaba por obrigar a um investimento muito forte nas novas tecnologias e na complementaridade do evento desportivo com o recurso a outro tipo de atividades paralelas e acessórias.

As associações são um recurso essencial no que respeita à participação cívica, sendo agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa.

Desta forma as associações assumem um papel fundamental no que diz respeito à participação e envolvimento dos cidadãos e das comunidades locais ao nível do desenvolvimento social.

A participação nas associações, a nível individual, pode ser vista como um incentivo à identificação e seleção das respostas aos próprios problemas pessoais, ao transpor para a esfera pública os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, e ao incentivar a participação coletiva numa ação organizada em prol do bem comum e da resolução de problemas de ordem social, cultural ou mesmo económica. Desta forma, são procuradas assim respostas de interesse geral.

Este relatório foi estruturado em 5 partes que correspondentes a 5 capítulos principais. No primeiro capítulo é efetuada um enquadramento da prática profissional, através de um enquadramento geral do estágio e da caracterização da entidade de acolhimento. O segundo capítulo aborda vários temas de estudo com importância para o relatório, e para a prática profissional efetuada, compondo o enquadramento concetual. O terceiro é referente às atividades desenvolvidas no estágio profissionalizante, referindo projetos desenvolvidos. Já no quarto capítulo é formulada uma reflexão crítica do estágio, com a

introdução de perspectivas futuras. O quinto capítulo diz respeito às referências bibliográficas.

1. Enquadramento da Prática Profissional

1.1 Enquadramento Geral do estágio

O presente Relatório de Estágio foi elaborado no âmbito de estágio profissionalizante relativo ao 2º ano de Mestrado em Gestão Desportiva, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Sarmento, docente da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, e supervisão do coordenador e treinador principal Sr. Carlos Pereira Caldas e do Dr. Ricardo Sérgio Ferreira Correia da Rocha, subcoordenador e treinador nível 2.

O estágio teve lugar no BFC, nomeadamente na academia de Boxe. A unidade orgânica onde o estágio decorreu está situada na Rua O primeiro de janeiro, Estádio do Bessa Séc. XXI, 4100 Porto.

Decidi fazer o estágio na academia do Boxe do BFC porque estou ligado as artes marciais e aos desportos de combate há muitos anos, e durante o ano de 2020 estagiei durante um ano no curso de treinadores de boxe nível 1 na academia de Boxe do BFC.

A oportunidade de fazer um estágio na academia de boxe do BFC surgiu no fim do curso de treinador nível 1, que fui mantendo o contacto com o Sr. Carlos Caldas fruto de uma amizade, que ficou aquando estagiei no curso de treinadores. E assim se concretizou o meu desejo. A reunião foi marcada com dois elementos da equipa técnica o Sr. Carlos Caldas e o Dr. Ricardo Rocha. Nesta reunião foi-me apresentado o plano de estágio e os meus objetivos enquanto pessoa e futuro profissional. O fato de já ser treinador de boxe nível 1, ajudou a minha integração. As atividades do estágio tiveram início no dia 6 de Setembro de 2021.

A escolha desta organização prendeu-se também pelo facto de nutrir carinho pela mesma, aliado ao facto do BFC ser um dos clubes da cidade do Porto, cidade onde cresci e que tem uma grande dinâmica de eventos desportivos.

1.1.1 Plano de Estágio

O presente estágio teve início em setembro de 2021 e teve o seu fim em junho de 2022. O estágio teve uma duração de 9 meses refletidos em 500 horas de trabalho.

A complexidade da área do desporto, e as contantes mutações na sociedade, exigem que o gestor do desporto seja dotado de conhecimentos multidisciplinares, de forma a dar uma resposta às diversas solicitações que surjam e consiga conciliar de uma forma harmoniosa as diferentes áreas de ação, indo de encontro às necessidades do seu público-alvo (Lopes, 2017) (Pires & Lopes, 2001).

Os objetivos do estágio foram realizados em reunião conjunta com o orientador e numa primeira fase traduziram-se na integração dentro da própria Instituição e ambientação com a dinâmica da mesma, facilitada pelo estágio anterior realizado no departamento de Boxe do BFC, em contexto de formação de treinador de boxe.

Depois passaram pela participação em diferentes eventos desportivos de potenciação da marca do Boxe Boavista Futebol Clube, dinamização dos produtos de merchandising, facilitação de processos de implementação de tecnologias de informação e apoio nos processos de gestão interna do próprio departamento (quadro 1).

Quadro 1- Plano de estágio profissionalizante

Plano de Estágio Profissionalizante		
Estagiário: Marco António Barros Gouveia	Entidade: Academia de Boxe do Boavista Futebol Clube	
Orientador de Estágio: Prof. Dr. Pedro Sarmiento Data	Data de início: 6 setembro 2021	Data de fim: junho 2022
Supervisor: Dr. Ricardo Rocha/ Carlos Caldas	Duração: 9 meses	
Objetivos a atingir	Meios para os atingir	
1. Integração na equipa multidisciplinar de trabalho e dinâmica do departamento	• Assistir a reuniões • Assessorar os diretores do departamento • Colaborar em tarefas com outros departamentos • Observar e aprender com os superiores durante a elaboração de atividades e projetos	
2. Potenciação desenvolvimento da academia Boxe Boavista Futebol Clube	• Campanha recuperação de novos atletas • Fomentar as relações externas	
3. Facilitação da entrada de tecnologias de Informação	• Proposta de informatização da ficha de atletas • Proposta de nova ficha de atleta	
4. Participação nos processos de gestão interna do departamento	• Auxiliar na gestão de recursos humanos • Arquivar documentos • Apoio comercial • Gestão das instalações desportivas	

1.2 Caracterização da Instituição de Acolhimento

A instituição de acolhimento escolhida para a realização do estágio profissionalizante foi o BFC. O BFC é um clube multidisciplinar e centenário da cidade do Porto, situado junto a uma das principais avenidas da cidade é facilmente reconhecido pelo seu imponente Estádio - Estádio do Bessa Séc. XXI (figura 1), destacando-se dos demais pelo típico emblema axadrezado e por ter uma pantera como mascote.

O clube foi fundado em 1903, com Estatuto de Utilidade Pública Desportiva e possui atualmente 25 modalidades desportivas. Na figura 1 podem observar o interior do estádio do Bessa Séc. XXI



Figura 1: Estádio do Bessa, Séc. XXI

1.2.1 História do Boavista Futebol Clube (BFC)

O BFC foi fundado na data de 1 de Agosto de 1903, e é considerado um dos clubes mais ecléticos de Portugal.

Foi fundado sob o nome “The Boavista Footballers”, por intermédio de um grupo de ingleses e portugueses, moradores na Boavista, na cidade do Porto, que insatisfeitos com a escassez desportiva em Portugal, limitados ao atletismo, boxe e regatas, decidem trazer um desporto tipicamente britânico, o futebol, para a “Cidade Invicta”. (Barros, 2000).

Tendo em consideração que havia uma grande comunidade britânica no nosso país, dois desses jovens, Harry e Dick Lowe, presenteados pelos pais com uma bola de futebol proveniente de Inglaterra, juntaram-se num terreno agrícola na Rua Fonte Arcada, em companhia de alguns amigos, para “dar uns toques” com a bola. Esse contágio britânico foi imediato, e a paixão pelo futebol facilmente cresceu na comunidade portuguesa. Mais tarde, em conjunto com alguns empregados da fábrica Graham, que costumavam realizar jogos entre si, procederam ao aluguer de um terreno no Bessa, propriedade do solicitador António da Costa Mascarenhas.

Surge então, em 1903, na rua do Pinheiro Manso, sob a direção formada por ingleses e dois portugueses, Pedro Brito e Maximiano Pereira, um novo clube: o The Boavista Footballers. O número de entusiastas desta mais recente modalidade não parou de crescer e, em 1905, já era bastante significativo o número de sócios deste novo clube (Barros, 2000).

Em 1910, o clube muda de nome, passando a chamar-se Boavista Futebol Clube. Isto surgiu como consequência das divergências entre os ingleses e os portugueses, na qual, e após a realização da 1ª assembleia do clube, os ingleses perdem em votação, acabando por abandonar o clube. O BFC deixa de ter uma direção inglesa, da casa Graham, e passa a ser dirigido apenas por portugueses. Estes acertam novo arrendamento com o proprietário do terreno, de onde surgiria o Campo do Bessa, atual Estádio do Bessa Séc.XXI. (Barros, 2000).

Inicialmente, o equipamento era baseado no preto, até que, por volta de 1920, integram à camisa preta um calção branco, não tendo sido esta conjugação a identidade do BFC. (Barros, 2000).

A nova década conduziu a tempos de bonança, e o clube ampliou o número de modalidades e intensificou prática internacional. As riscas verticais pretas e brancas na camisola, assim como o calção preto, eram a indumentária da época, mas que não permaneceu por muitos anos. Desta forma, em 1928, ocorre uma nova transformação no equipamento, passando a ser constituído por uma camisola de cor vermelha, branca e azul, acompanhado de um calção preto e meias brancas e pretas. Esta mudança viria a tecer algumas críticas da imprensa e a suscitar algum desagrado.

Foi então que, em 1933, Artur Oliveira Valença, presidente do clube na época, numa visita a França, observou uma equipa que alinhava com a camisola ao xadrez, também esta com as cores do BFC. Desta forma, regressou a Portugal determinado a copiar o modelo e a alterar o visual do BFC, (Barros, 2000).

O BFC foi crescendo a passos largos, sendo dos primeiros clubes a enveredar para o profissionalismo. Em 1936, surge a primeira participação do clube no Campeonato da I Liga, onde, num conjunto de 8 equipas, termina em 6º lugar. Na época seguinte, o BFC vence o seu primeiro título nacional ao conquistar o Campeonato da II Liga. Posteriormente, os boavisteiros entram num período de instabilidade, como consequência das sucessivas subidas e descidas de divisão, terminando na 3ª divisão em 1966. (Barros, 2000).

Em 1974, já sob o comando de José Maria Pedroto, o BFC conquista a sua primeira Taça de Portugal, feito que viria a ser repetido na época seguinte (1975/1976), onde também acabaria na 2ª posição da tabela classificativa.

Com a chegada de Valentim Loureiro ao clube, em 1978/1979, onde assegurou o cargo de presidente da direção até 1997, o BFC foi crescendo, aproximando-se do topo e alimentando chegar ao título de 4º grande do futebol português, que pertencia até então ao Belenenses. Já nos anos 80, o BFC começa a lançar-se nas provas europeias, Taça UEFA, eliminando poderosos como o Atlético de Madrid, em 1981/1982, e a Fiorentina, em 1986/1987.

Na década de 90, sob os comandos de Manuel José, é conquistada a 4ª Taça de Portugal e a 2ª Supertaça (1991/1992), e na temporada de 1996/1997, já sob a orientação de Mário Reis, os boavisteiros conseguem a 5ª Taça de Portugal e a 3ª Supertaça para o clube. Os sucessos desportivos e as presenças nas competições europeias fizeram do BFC um dos clubes mais respeitados de Portugal.

Em 1997, João Loureiro sucede ao pai, Valentim Loureiro, trazendo ao clube novas metas, focados no investimento em equipamentos desportivos e numa nova gestão do clube. Desta forma, é sob a sua presidência que é (re)construído o Estádio do Bessa Século XXI, em 1998, com uma capacidade para 30 000 pessoas, de maneira a estar concluído no ano do Centenário do clube.

Em 2000, o BFC deu início a uma estratégia de formação de um grupo empresarial, a Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) e a Sociedade anónima desportiva (SAD), de maneira a gerir todo o futebol, desde a formação ao profissional.

Em 2000/2001, o BFC atinge o ponto mais alto da sua história ao sagrar-se pela primeira vez Campeão Nacional de Futebol, juntando-se assim ao CF Belenenses (1945/1946) ao alcançar um feito que mais nenhuma outra equipa atingiu, para além do FC Porto, Sporting CP e SL Benfica (Pires, 2010). Na figura 2 podemos observar o emblema do BFC.



Figura 2: Emblema do BFC

O novo estádio foi inaugurado em 2003 e, no ano seguinte, foi um dos palcos do Euro 2004, onde foi bem explorado, pois na sua maioria dos jogos não conseguia sequer atingir metade da sua lotação.

Em 2007, João Loureiro deixa a presidência do clube e é substituído por Joaquim Teixeira. Um ano depois, em 2008, Álvaro Braga é eleito e é durante o seu mandato que surge o Complexo Bessa XXI, dotado de 3 relvados sintéticos de última geração.

Nesse mesmo ano, e depois de uma era de sucesso, o Boavista Futebol Clube acaba por sofrer com o seu rápido crescimento – salários altos e investimentos em jogadores e

infraestruturas - e, também, com um castigo de um processo em curso – caso “Apito Dourado” – sendo condenado pela Comissão Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, à descida de divisão por corrupção e viciação de resultados. Decorre, assim, a descida para a Segunda Divisão B e o clube atinge anos sombrios.

João Loureiro, o presidente com mais títulos da história do clube, regressa em 2013 à presidência do Boavista FC. Nesse mesmo ano, a 6 de Abril, em sede de justiça, o clube vê revogado o seu castigo em relação ao processo “Apito Dourado” e conquista o direito de regressar à 1ª divisão Nacional na época seguinte (2014/2015) (Boavista Futebol Clube, 2017).

Foram vários os equipamentos utilizados, e na figura 3 podemos observar a camisola usada pelo BFC na época 2021/2022.



Figura 3: Camisola do BFC, época 2021/2022

Em 2018 Dr. Vítor Murta, conforme podemos ver na figura 4, é eleito presidente do BFC. O Dr. Vítor Murta foi candidato único, e já depois de tomar posse, esclareceu os objetivos imediatos para o clube. "Neste mandato vai ser objetivo voltarmos a fazer do Estádio do Bessa uma verdadeira fortaleza. Trazer adeptos e sócios para o estádio. Voltar a ter identidade boavisteira que sempre tivemos". Venceu as eleições com 334 dos 441 votos nas eleições.



Figura 4: Presidente do BFC, Dr. Vítor Murta

O Dr. Vítor Murta foi reeleito presidente do BFC para o triénio 2022-2024, ao vencer sem oposição as eleições dos corpos sociais do clube, decorridas no Estádio do Bessa, no Porto, com 73,12% dos votos.

O BFC tem cerca de 30 000 associados e não é feito só de futebol profissional. Este é um clube eclético com 25 modalidades amadoras em atividade que têm, ao longo dos anos, glorificado o clube em diversas modalidades desportivas, conforme descrito no quadro 2.

Quadro 2: Modalidades amadoras do BFC

Anebol	Desporto adaptado	Bilhar	eSports	Ciclismo
Ginástica acrobática	Karaté	Ginástica Rítmica	Futebol	Futsal
Taekwondo	Kickboxing	Kung Fu	Hoquei em patins	Judo
Atletismo	Ténis	Tiro	Padel	Snow Bord
Esgrima	Ginástica Artística	Boxe	Viet-vo-dao	Voleibol

1.2.2 Caracterização do Boavista Futebol Clube (BFC)

- Organismo: Boavista Futebol Clube (BFC)
- Sede: Rua O Primeiro de Janeiro, Estádio do Bessa Sec. XXI, 4100 Porto
- Presidente: Dr. Vítor Murta
- Telefone: +351 226 071 000 (Geral)
- Website: www.boavistafc.pt
- Email: geral@boavistafc.pt
- Facebook Boavista FC: <https://www.facebook.com/boavistafc/>

1.2.3 Organigrama

O Boavista Futebol Clube é constituído, principalmente, por quatro organizações: Assembleia Geral, entidade máxima do clube, o Conselho Fiscal, com as responsabilidades de fiscalização das atividades do clube, o Conselho Geral, órgão constituído por sócios com atividades de destaque no passado e/ou no presente, e a Direção. Esta última, a Direção, é hoje presidida pelo Dr. Vítor Murta.

O Grupo Boavista é composto por diferentes entidades, sendo a mais conhecida do grande público a Boavista Futebol Clube, Futebol SAD.

Este organigrama (figura 5) representa a estrutura hierárquica da Direção da organização Boavista FC e a sua estrutura de gestão.

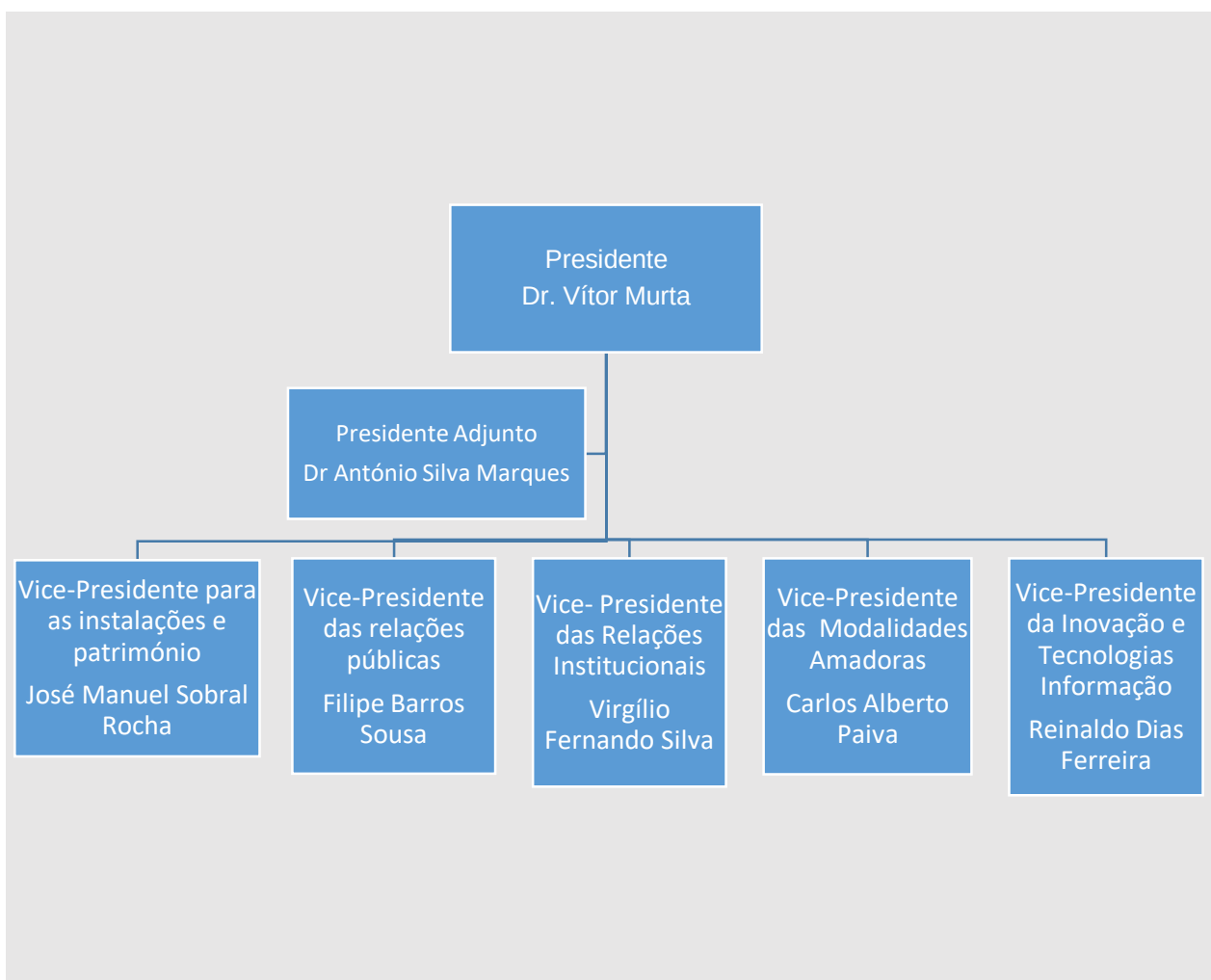


Figura 5: Organigrama da Estrutura Hierárquica da Direção do BFC.

A Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho Geral são apresentados nos quadros 3 e 4 e são constituídos por:

Quadro 3: Constituição da Assembleia Geral do BFC

Assembleia Geral	
Presidente	Manuel José Conceição Tavares Rijo
Vice-presidente	José Manuel Preza Fernandes
Secretário	Manuel Domingos Diogo Queirós
Secretário	Rui Manuel Azevedo Martins

Quadro 4: Constituição do Conselho Fiscal e Conselho Geral do BFC

Conselho Fiscal	
Presidente	Joaquim Agostinho Moreira Carvalho
Vice-Presidente	Miguel Fernando Amaral
Relator	Marco Arlindo Soares Tomé
Relator	Tiago Jorge Henriques Quintela
Relator	Marcelo Correia Vilela
Conselho Geral	
Presidente	Arnaldo José Nunes Costa Figueiredo

1.2.4 Academia de Boxe do BFC

A Academia de Boxe do BFC tem uma história longa, com eventos realizados com cariz desportivo e vertente social.

Das conversas realizadas com diversas pessoas ligadas ao boxe, surge como referencia o treinador Licínio Passos.

De seguida, surge referência ao treinador Pinto Lopes, representado abaixo, na figura 6.



Figura 6: Treinador Sr. Pinto Lopes

De seguida, e até á atualidade, está em funções o treinador Sr. Carlos Caldas, apresentado na figura 7.



Figura 7: Treinador Sr. Carlos Caldas

Foram diversas as participações nacionais e internacionais, das quais se destacam:

Em 1986, o boxe do BFC participou no Comité Internacional Olympique.

Em 1998, o boxe do BFC participou no 26º torneio de boxe de Halle, em Leipzig, na Alemanha. Conseguiram medalha de bronze, entre os melhores boxeers amadores da Europa. No regresso do torneio a equipa foi recebida pelo presidente da FPB, Sr. Leitão.

Em 1998, o boxe do BFC participou no 16º torneio internacional de boxe de mestre, em Veneza, Itália. Participaram os atletas António Bento e Ricardo Silva. A participação foi positiva, acompanhada de perto pelo vice presidente da FPB, Sr. Benjamim, que acompanhou a comitiva.

Em 1998, o boxe do BFC participou no torneio de boxe realizado em Macau. Participaram o Ricardo Silva, o Abel de Jesus e o Hugo Vinagre. Nesta deslocação foram acompanhados pelo presidente da FPB, Sr. Carlos Leitão e pelo seu vice-presidente, Sr. Félix.

Em 1998, o boxe do BFC participou no campeonato europeu de boxe, realizado em Minsk, na Bielorrússia. Participou o atleta Abel de Jesus, tendo ficado classificado na 5ª posição, num total de 16 participantes. Nesta deslocação foram acompanhados pelo presidente da FPB, Sr. Carlos Leitão.

Em 1999, o boxe do BFC participou no torneio de boxe realizado em Lanzarote, ilhas Canárias. Participaram os atletas Alberto Costa, Ricardo Silva, Nelson Neves e Paulo Lourenço, Abel Jesus e Hugo Cardinal. Conseguiram duas medalhas de prata. Nesta deslocação foram acompanhados pelo presidente da FPB, Sr. Carlos Leitão.

Em 2000, o boxe do BFC participou no torneio de boxe realizado em Liverpool. Participaram Hugo Cardinal, Ricardo Silva, Ricardo Maganinho e Abel Jesus. Nesta deslocação foram acompanhados pelo presidente da FPB, Sr. Carlos Leitão.

Em 2000, o boxe do BFC participou no torneio de boxe realizado em Santander, Espanha. Participaram Ricardo Silva, Ricardo Maganinho e Hugo Cardinal. Nesta deslocação foram acompanhados pelo presidente da FPB, Sr. Carlos Leitão.

Em conversa com o treinador, o Sr. Carlos Caldas referiu que em termos de história do boxe do BFC, que a esta não podia ser melhor. Referiu ainda que é o clube com mais

títulos. Porque cada ano que passa, referiu, tentam sempre procurar ser campeões. Porque o fundamental de cada ano é serem campeões (Caldas, 2010).

Em 2010, questionado em entrevista, o treinador Sr. Carlos Caldas, sobre as vitórias que tiveram lugar em Arcozelo, refere que “Foi uma daquelas galas, em que só podemos dizer que, não podia ser melhor. Tivemos o Bruno Silva, na categoria 64 kg, ganhou sobre o atleta do Limite do Corpo. Jogou boxe, fez um grande combate.

No segundo combate tivemos o Ricardo Maganinho, na categoria 69 kg, onde lutou contra um atleta que nunca tinha perdido, um atleta espanhol, Bicampeão Nacional em Espanha. É um atleta de alta competição, da seleção. O Ricardo Maganinho, posso dizer com os meus conhecimentos, que quase brincou com o atleta. Jogou de tal forma bem, jogou inteligente, jogou com as pernas e jogou com as mãos.

O Jorge Jeremias é um atleta que é profissional, considerado como representante do BFC. É o atleta que mais títulos entregou ao Boavista, foram 7 títulos nacionais. E realmente conseguiu os objetivos dele, que era ser Campeão do Mundo TWBA (Transcontinental World Boxing Association) e então, na altura conseguiu ganhar a um atleta que não era nada fácil. Chegou ao fim dos dez assaltos com o seu objetivo, que era ganhar.

O pugilista do Boavista, António Rodrigues, esteve presente no torneio de boxe "Celtic Box Cup", que se realizou na Irlanda.

Foi uma experiência de lançamento internacional do pugilista axadrezado, que foi acompanhado pelo seu treinador Carlos Caldas.

No boxe, o cinturão é dado ao campeão de uma categoria de peso. Os cinturões trocam de mãos de acordo com o vencedor do título. O cinturão é considerado a honra máxima, dada ao campeão de cada categoria.

Para melhor conhecerem a realidade do espaço físico da academia de boxe do BFC, apresento na figura 8 o interior do espaço, com o ringue ao centro, e onde também se podem observar os trofeus expostos.



Figura 8: Academia de Boxe do BFC

O Jorge Jeremias sendo uma referencia do BFC, campeão do Mundo TWBA, tem um par de luvas personalizado, apresentado na figura 9.

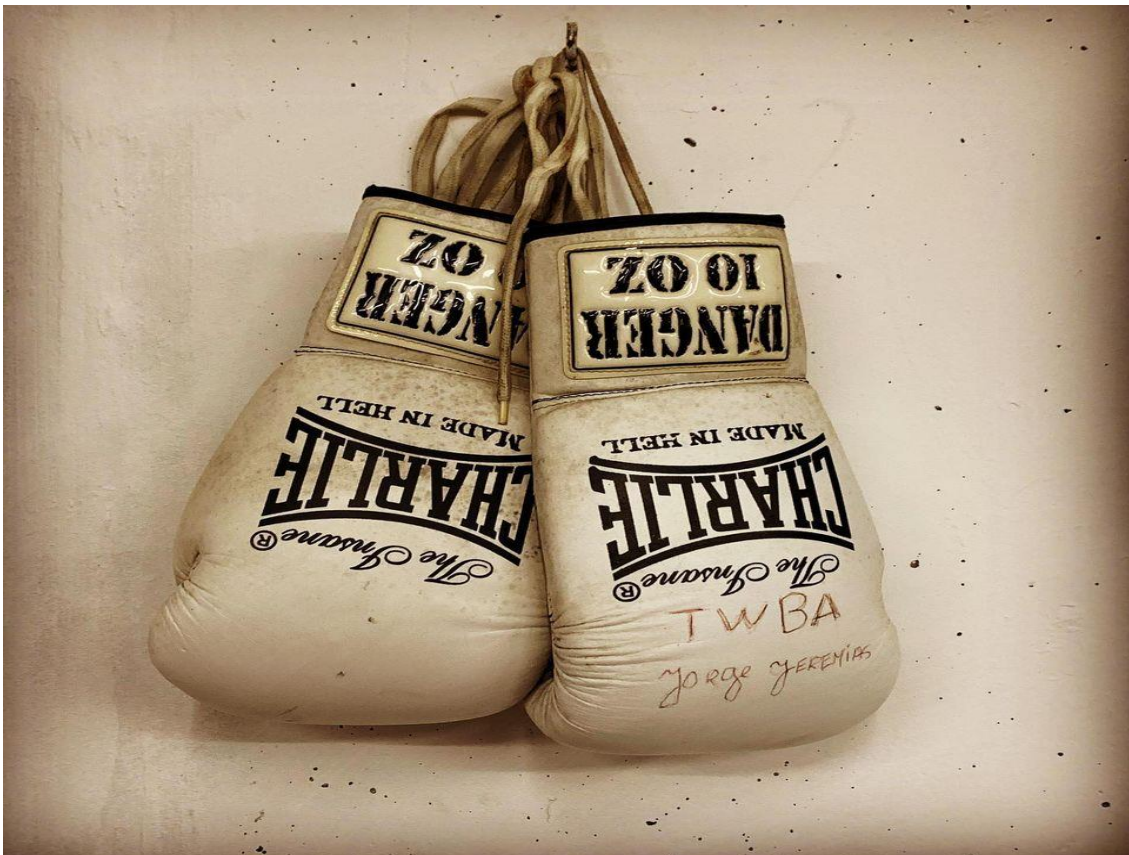


Figura 9: Luvas de Boxe do campeão mundial TWBA Jorge Jeremias

Em 2019, nas Super Flights “Golden Gloves” de boxe, realizadas no complexo desportivo da Maia, (4ª edição realizada em Portugal, deste evento internacional), o campeão António Rodrigues, apresentado na figura 10, obteve o cinturão (em 91 Kg), vencendo a final, por abandono do adversário.



Figura 10: Pugilista Campeão Nacional António Rodrigues

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Gestão do desporto

Na Grécia em 776 a.c. iniciaram-se os jogos olímpicos, que se disputavam de quatro em quatro anos na cidade de Olimpia.

Por tradição, as crianças com menos de doze anos frequentavam as arenas com objetivo de se desenvolverem a nível muscular e nervoso. Por sua vez estas crianças começam a frequentar ginásios aos dezasseis anos, e concluindo a sua formação desportiva aos 20 anos, para por fim competir nos jogos Olímpicos.

O desporto em 776 a.c. não era ainda uma atividade regulamentada, mas sim de lazer, fazendo parte da sociedade. Outras áreas desenvolveram-se mais rápido do que o desporto, o caso da Agricultura, Indústria e Pecuária. O desporto ao longo dos anos, foi uma atividade, que gerou elevadas receitas e estimulou a economia.

Ao longo do tempo o desporto teve uma grande importância junto das diferentes nações, através de competições como os campeonatos do Mundo, os jogos Olímpicos e jogos de Inverno.

Para Sarmento (2011) o desporto, enquanto fenómeno transversal a toda a sociedade dos nossos dias, é um extraordinário campo de investigação do comportamento humano, pois expressa de forma inequívoca o que a cada momento é mais representativo para o ser humano.

O desporto assume múltiplas formas e desenrola-se em quase todos os contextos sociais: da escola ao emprego, da juventude à velhice, da recreação à competição, da participação ao espetáculo, do amadorismo ao profissionalismo, da formação à excelência, do gosto ao fanatismo, da saúde à doença. Mas em todos eles o desporto não pode deixar de ser encarado como um fator de desenvolvimento, na procura de uma sociedade mais justa e saudável, Sarmento (2011).

No desporto, a procura cada vez mais elevada, nos seus diferentes níveis, deve satisfazer os objetivos dos seus diversos tipos de consumidores, exigindo dos decisores e líderes das organizações uma constante preocupação pela definição e implementação de políticas de desenvolvimento.

Assim, os gestores do desporto, começaram, a ter um papel muito importante, no desenvolvimento da indústria do desporto, ao ponto, da gestão do desporto se tornar uma profissão.

Segundo Rail (2014), nas civilizações antigas existia uma gestão direcionada, com gestão, com controlo e organização e o planeamento, no trabalho, mas com uma orientação diferente na atualidade.

Para Sarmiento (2011), o desporto faz parte do dia-a-dia das sociedades, sofrendo constantes influências das megas tendências sociais que a cada momento histórico vão podendo ser identificáveis e que atualmente enumeramos como: Negócio, Educação, Saúde, Espetáculo, Tecnologia, Qualidade de vida e Preocupações Sociais.

Ainda para o mesmo autor quantificar ou ordenar o grau de influência de cada uma destas tendências seria um risco exagerado, porque são as características de cada contexto e os objetivos predefinidos que vão condicionar todo o ajustamento e evolução deste modelo interativo. Assim para Sarmiento (2011), o gestor tem de compreender esta dinâmica e reconhecer os seus intervenientes, principais e secundários, para perceber o seu encaminhamento tentando, sempre que possível, antecipá-lo ou, pelo menos, controlar a sua evolução.

Segundo Chelladurai (1994), a gestão desportiva é a coordenação das atividades de produção e das atividades de marketing de serviços desportivos, atividades primárias, quer para espetadores como para participantes (Chelladurai, 1994; Chelladurai, 2009). Sendo considerado atividades satélite à gestão desportiva, e com grande importância para a organização, as atividades das entidades que se promovem através do desporto.

2.1.1 Gestor do desporto

Na atualidade, existe uma exigência, em relação à gestão dos recursos humanos, materiais e dos escassos recursos financeiros, de acordo com a missão, e as necessidades e objetivos das organizações.

Na estrutura interna das federações ou organizações, os gestores podem ocupar uma posição estratégica para suprimir as necessidades técnicas, políticas e administrativas das organizações (Tassinari, 2007).

Segundo Zouain e Pimenta (2003), as principais responsabilidades do gestor do desporto podem ser divididas em quatro categorias: atividades gerais de gestão, gestão organizacional, gestão de informações e ciências do desporto e exercício.

Em 2001, Pires e Sarmento apontaram a existência das seguintes entidades para a atuação do gestor desportivo:

- 1.Estruturas estatais descentralizadas segundo uma dinâmica territorial mais ou menos orgânica;
- 2.Estruturas profissionais de acolhimento tanto a nível internacional como nacional;
- 3.Estruturas de poder local com capacidade de intervenção no mundo do desporto;
- 4.Um crescente número de federações desportivas internacionais e nacionais;
- 5.Um número indeterminável de associações regionais de modalidades;
- 6.Milhares de clubes, grandes, médios, e pequenos;
- 7.Ginásios e centros de fitness,
8. Empresas de serviços desportivos;
9. Empresas de marketing e publicidade;
10. Milhares de instalações desportivas de diversos tipos que tem de ser geridas por profissionais com formação especializada.

Sarmiento & Oliveira (2006) concluíram que a classe de gestores desportivos em Portugal era jovem, tendo uma muito interessante abertura á participação feminina (20%).

Pires (2007), refere que ao longo dos séculos foram realizadas diversas tentativas para definir a palavra desporto. A evolução Social tem atribuído à atividade física e desportiva uma importância crescente conforme refere Constantino (1991).

Assim pode-se concluir, que o gestor desportivo é portanto uma profissão jovem que se encontra numa fase de afirmação e de consolidação.

Fica evidente que o sistema desportivo português deriva do modelo europeu de desporto, interligando o papel do movimento associativo, o sector empresarial privado e o estado.

Na Europa a gestão desportiva desenvolveu-se centrada no aparecimento de programas que pretendiam o desporto para todos. Atualmente, na Europa, a gestão desportiva tem vindo a ganhar novos contornos de intervenção e desenvolvimento.

2.1.2. Desenvolvimento Desportivo

Para Franco (2002), todo o desenvolvimento é desenvolvimento social, e o autor acrescenta que não há desenvolvimento sem que se alterne tanto o capital social quanto o humano.

Em 1987, o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU, define desenvolvimento sustentável como aquele que “permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas.”

Para Castejon Paz, (1977) o desenvolvimento do desporto é o objetivo maior de toda a política desportiva. Ou seja, a finalidade da política é forçosamente o desenvolvimento desportivo, o qual, segundo o autor é condicionado por dez fatores. Mais tarde, Pires (2007) retoma a formulação dos fatores que condicionam o desenvolvimento desportivo e enumera doze que possibilitam a comparação e a evolução do pensamento ao longo dos anos.

Para Caraméz (2001); Correia, (2001); Dacosta (2008); Parent (2005); Sá & Sá (2002); Seabra, Soares, & Sarmento (2009); Veloso (2007), é indiscutível o valor que o evento, seja ele qual for, tem no contexto em que tem lugar, crescendo e espalhando a sua intervenção através da malha da economia global em função da sua dimensão.

Vários académicos da gestão do desporto têm tentado sistematizar modelos de avaliação, tendo o máximo de objetividade, mas ao longo dos anos não tem sido tarefa fácil.

Segundo Brighanti, Clivaz, Délétroz, & Favre, (2005) esta avaliação tem que ter por base as receitas totais movimentadas e o número de empregos criados ao longo de todo o projeto que leva à realização do evento.

Segundo Allen, O'Toole, McDonnell, & Harris, (2002) consideram que a realização de um evento pode gerar efeitos tanto positivos como negativos num conjunto bem diversificado de áreas a saber: sócio cultural, físico ambiental, política, turística e económica, tudo dependendo da forma de atuação e do decurso normal dos acontecimentos.

Todos os autores que se dedicam à gestão desportiva num contexto político são unânimes em concordar que o evento é frequentemente planeado para a promoção de estratégias que envolvem não apenas regiões, cidades, clubes, entidades, instituições, modalidades, ideologias, ect.

Para Correia (2001) e Hall (1989), estas situações têm de ser claras e aceites por quem tem o poder devidamente legitimado de decisão.

Em termos físicos e ambientais o impacto de um evento desportivo pode ser muito diversificado.

Sebastiani (2003), alerta para o facto de que muitas organizações, na ânsia de ganharem a candidatura para este ou aquele evento ou na expectativa de obterem vantagens estratégicas e financeiras, acabam por menosprezar os impactos que a construção ou utilização de forma incorreta dos recursos naturais podem, a curto, médio e longo prazo, vir a provocar nos ecossistemas existentes.

O desejável é que através dos meios que os eventos disponibilizam fosse possível corrigir e até melhorar os níveis de qualidade de vida e dos habitats das populações, através da criação de mais-valias infraestruturas que garantissem a proteção dos diversos nichos ecológicos sejam eles urbanos, rurais, marítimos, fluviais ou aéreos.

Para COI (1999) o Comité Olímpico Internacional (COI) tem desenvolvido uma forte campanha na defesa da proteção do meio ambiente, e que se tornou num dos pilares da ação do Movimento Olímpico Internacional o que muito engradece o desporto, enquanto fenómeno à escala planetária.

Segundo (Peters & Pikkemaat, 2006; Stokes, 2003), os reflexos dos eventos desportivos na indústria do turismo são visíveis, assumindo contornos de extrema dependência e interesse nesta área dos negócios especialmente através da movimentação de grandes grupos de adeptos, sendo reconhecido que é essencialmente a este nível que os impactos económicos se estabelecem, daí o grande interesse de regiões específicas em se candidatarem a receber as responsabilidades decorrentes de albergarem os ditos eventos e de aceitarem inclusivamente assumirem alguns investimentos para o conseguirem.

Num planeamento de um evento é necessário estruturar previamente um estudo sobre o impacto económico que o evento pode gerar. Autores como Lee (2001), sugerem que este tenha os seguintes aspetos:

- 1) Ser objetivo e em função das características conhecidas dos avaliadores;
- 2) Apresentar um conjunto de alternativas, não restringir o projeto a um conceito já fechado;
- 3) Disponibilizar e trabalhar toda a informação sobre os possíveis impactos do evento;
- 4) Evitar envolver-se de forma afetiva na análise e tratamento dos dados;
- 5) Alargar as possíveis repercussões a outras dimensões que não apenas as económicas;
- 6) Garantir a isenção na apresentação das eventuais previsões;
- 7) Partir de posições cautelosas relativamente às estimativas.

Assim sendo, para Preuss (2008), a definição final do impacto de um evento desportivo é uma tarefa de grande dificuldade e complexidade, até porque muitos autores consideram que existe uma diferença clara entre o conjunto de indicadores que são tangíveis, ou seja, passíveis de serem avaliados e quantificáveis (emprego gerado, transportes, segurança, sucesso desportivo, instalações, etc.) e outros intangíveis cuja identificação é possível mas a sua valorização não é tão fácil (opinião pública, orgulho nacional, direitos humanos, educação, marketing político, etc.)

Aliás Preuss, (2008), defende que a análise dos dois tipos de indicadores referidos anteriormente tem que ser vista nas perspetivas de curto e longo prazo, exigindo, também por este facto, um cuidado acrescido sobre o momento em que se vão realizar os estudos, pois se os impactos de curto e médio prazo podem ser rapidamente claros já em relação aos de longo prazo apenas existem algumas expectativas de se poderem vir a efetivar

tornando-se necessário esperar pelo momento correto ou pelo menos mais uma vez desenvolver estudos prospetivos com grande cuidado.

Assim sendo podemos concluir que o evento tem uma tradição milenar na nossa sociedade, o seu conceito de “design” tem acompanhado a evolução dos tempos no que respeita aos meios disponíveis para sua operacionalização, nos últimos séculos e especialmente décadas.

Atualmente os meios de gravação e posterior retransmissão quer do ponto de vista do áudio, como vídeo, o evento deixou de ser algo a um determinado momento e a um local.

Começou a ser vivido em tempo real em simultâneo nos mais diversos locais, das redes de comunicação global, que em poucos segundos, conseguem transmitir em todo o planeta, o que acontece num pavilhão, num estádio ou numa piscina.

Vivemos na sociedade da comunicação, onde os meios disponíveis correspondem às mais potentes ferramentas comunicacionais de sempre na história da humanidade.

Sendo assim os autores Sarmento & Caraméz, (2005), neste contexto afirmam que têm que ser redefinidos todos os conceitos anteriores à mediatização; o impacto de uma notícia num jornal há quarenta anos atrás não se pode comparar com uma notícia ou artigo de opinião.

Uma evolução fantástica no conceito de evento, em particular no evento desportivo, foi graças aos avanços tecnológicos principalmente do visual com a sua entrada na hora digital, assente também numa revolução no domínio do áudio e da produção dos efeitos especiais através de programas de tratamento de imagens, som e luz.

2.2 Contextualização da Modalidade do Boxe

O boxe tem uma coisa em comum com a vida em sociedade: é anterior ao Homem. Sem grande esforço de imaginação, pode-se supor que nas comunidades pré-humanas, dada a falta de qualquer ferramenta – o punho nu desempenharia o papel de arma mais eficaz

para resolver os antagonismos dos nossos longínquos antepassados (Federação Portuguesa Boxe).

2.2.1 História Mundial do Boxe

Ao contrário do que muitos dizem, o boxe não surgiu na Grécia Antiga mas sim na Mesopotâmia, mais precisamente na Suméria. A Suméria, um dos cinco berços da civilização, também é berço de quase tudo que hoje é dito ocidental, incluindo o boxe. Mais tarde foi levado para o Egito e milênios depois para a Grécia, nascido das artes gregas do Pankration e foi aceite pela primeira vez como desporto Olímpico em 688 a.c.

O boxe é uma das modalidades mais ilustres e histórica nos jogos olímpicos. Os homens tem combatido de uma forma desportiva desde 5000 a.c. no Médio Oriente, enquanto na Grécia antiga nos jogos Olímpicos da antiguidade era um dos eventos principais.

Os antigos gregos e romanos, e os minoicos (1500 a.c.) e os primeiros egípcios e berberes (3000 a.c.), todos praticavam formas de pugilismo.

Pensa-se que as lutas originais não tinham categorias de Peso, e os lutadores normalmente envolviam as suas mãos em couro endurecido, para proteger as suas mãos de fraturas de ossos quebrados e dedos deslocados.

Duas formas distintas de boxe surgiram durante os dias do império romano. A primeira influenciada pelos gregos enfatizavam o boxe como uma atividade de lazer; a segunda como jogos de gladiadores romanos, viu os lutadores lutarem violentamente, às vezes até a morte, para ganhar respeito pela liberdade e dinheiro.

O boxe assumiu várias formas em diferentes países ao longo dos anos, mas o boxe ocidental moderno surgiu da luta pelo prémio em Londres.

O primeiro registo de um combate de boxe foi em Inglaterra em 1681, no protestante londrino Mercury e mais tarde, em 1719 o termo “Boxe” foi usado pela primeira vez.

Em 1743, um campeão posterior, Jack Broughton, emitiu uma série de regras, e as primeiras luvas foram apresentadas, neste ano.

Em 1838, as regras foram mais rígidas, e mordidas golpes de cabeça e golpes abaixo do cinto foram considerados ilegais mais tarde, em 1867, com as regras apadrinhadas por o

Marquês do Queensberry, o boxe moderno como conhecemos nos dias de hoje. Regras essas, que previam rounds de três minutos, separados por um intervalo de um minuto, além do uso obrigatório das luvas. Essas regras entraram em vigor em 1872.

O ano de 1891 marca, portanto, o nascimento oficial do boxe inglês. Posteriormente, quando houve ressurgimento dos jogos Olímpicos da Era Moderna, nas Olimpíadas de 1896, em Atenas, o boxe não foi incluído como uma das modalidades de competição.

O boxe então somente retornou nas Olimpíadas de 1904, a terceira da Era Moderna, em St. Louis, e desde então foi praticado em todas as suas edições posteriores, com exceção às Olimpíadas de 1912, em Estocolmo.

Depois da 1.ª guerra mundial, o boxe voltou a ser modalidade olímpica em 1920, nos jogos olímpicos de Antuérpia.

Em 1960 Cassius Marcellus Clay, ganhou o ouro em Roma e mais tarde passou a tornar-se, talvez, o melhor pugilista de pesos pesados profissional de todos os tempos sob o nome de Muhammad Ali.

A nobreza interessou-se por estas descobertas – por causa das apostas – e Broughton fundou uma academia de boxe, onde ensinava os seus métodos. Este foi o nascimento da técnica do pugilismo. Finalmente, Broughton está na origem das London Prize Ring Rules – primeiro regulamento oficial do boxe inglês. As inovações técnicas de Jack Broughton não deram frutos imediatos e os campeões das gerações seguintes assemelhavam-se, estranhamente, aos precedentes. De qualquer forma, Broughton estava muito adiantado para a sua época e se a via por ele aberta não foi seguida de imediato, foi porque as suas descobertas, mesmo tão importantes como parecem, com o recuar do tempo, ficaram na prática pouco publicitadas. Em especial as London Prize Ring Rules, não eram muito severas e o puro poder físico dos pugilistas, continuou a ser o fator essencial da vitória.

O último facto relativo às origens do boxe, é a emigração da Inglaterra para os Estados Unidos da América. No quadro deste novo país, o boxe ganha um grande impulso e a civilização de salão, vai a par com um desenvolvimento rápido dos combates de boxe. Desta maneira, dois países – Inglaterra e Estados Unidos da América – vão manter escolas de boxe que progridem paralelamente.

Assim, surgem inevitavelmente, duas consequências:

1. A necessidade de unificar, definitivamente, regras que regulam os combates e, esta necessidade explica a ação do Marquês de Queensbury e de Lord Lonsdale, que são os fundadores das regras atualmente em vigor.
2. A organização de combates internacionais e, muito especialmente, de campeonatos mundiais.

2.2.2 O Boxe em Portugal

As origens do boxe na península ibérica, nomeadamente na Lusitânia são remotas. Em 195 a.c. o processo favorito de combate é o de guerrilhas, os romanos, habituados, a combater em campo raso, qualificavam o processo de desleal, chamando-lhe latrocinium.

O guerreiro lusitano batalhava tanto a pé, como a cavalo, exercitava-se continuamente nos jogos de destreza, no arremesso do dardo, no pugilato, na equitação, e em combates simulados.

Em Portugal, o boxe surgiu no início do século XX. No ano de 1909, realizou-se um combate de boxe que opôs o inglês Drumond ao norte-americano Sam MacVea e isso suscitou o interesse e a curiosidade de todos os adeptos da modalidade. O seu aparecimento criou desde logo um fascínio enorme entre os demais e a partir daí criaram-se vários clubes amadores, como o Ginásio Clube Português, Clube Arte e Sport, Sport Cruz Quebradense, Clube Português de Recreio e Desporto, entre outros.

A Federação Portuguesa de Boxe (FPB) foi fundada em 14 de março de 1914 e teve como primeiro presidente o levantador Manuel da Silveira do Ginásio Clube Português. Ricardo Ferraz dedicou uma carreira de perto de 40 anos ao boxe português, tendo como ponto alto a presença nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980, como treinador de João Miguel “Paquito”, o único pugilista luso a marcar presença na competição olímpica. Apesar da carreira efémera como praticante, Ricardo Ferraz ficou conhecido como o “Senhor Boxe”, distinguindo-se como técnico (no Sporting orientou vários pugilistas portugueses) e dirigente desportivo, tendo sido também presidente da Associação de Boxe de Lisboa (Fonte: COI e A.B.Lisboa).

2.2.3 – Época Heroica no Boxe

A aristocracia britânica está muito ligada aos princípios da arte pugilística. Desempenhou o papel de protetora dos «boxeurs» e, era de bom-tom, nessa época do fim do Século XIX, que o senhor duque ou o senhor conde tivessem sob a sua proteção, um pupilo que tivessem descoberto. Os amplos parques das ricas propriedades acolheram muitas vezes os pugilistas, de modo que a polícia não pudesse perturbar o desenrolar do combate, o que falsearia as apostas. De facto, a posição do boxe em relação à autoridade, era bastante ambígua.

Oficialmente o boxe era proibido, não como uma atividade em si, mas porque perturbava a ordem pública, devido aos ajuntamentos mas, no entanto, beneficiava da proteção das gentes da alta, que era então a classe dirigente do país. Este apoio foi capital para o desenvolvimento deste desporto. Pode mesmo dizer-se que é inconcebível pensar que sem o apoio dos lordes, os abomináveis combates a punhos nus, dignos das arenas romanas, pudessem, em 15 anos, tornar-se numa verdadeira instituição nacional. A ação destes, não se limita, no entanto, aos apoios aos pugilistas. Fazem garantir, também – com todo o peso dos seus nomes – a lealdade dos combates. Muito naturalmente, a expansão e a seriedade da nova codificação editada como reação contra as «Rules» em vigor, foram asseguradas por um deles – o Marquês de Queensbury.

Assim, as regras definitivas do boxe adotadas em Inglaterra em 1891, apadrinhadas por um marquês, foram adotadas universalmente. O ano de 1891 marca, portanto, o nascimento oficial do boxe inglês.

A época heroica do boxe aconteceu com atletas como: John L. Sullivan, James Jim Corbett, Bob Fitzimmons, James J. Jeffries e Jack Johnson.

2.2.4 O Boxe Como Modalidade Olímpica

O Boxe é uma das modalidades mais ilustres e históricas nos Jogos Olímpicos. Os homens têm combatido de forma desportiva desde 5000 a.c.. no Médio Oriente, enquanto na Grécia antiga nos Jogos Olímpicos da Antiguidade era um dos eventos principais.

Embora o Boxe seja um desporto extremamente agressivo, este também coloca uma grande ênfase na técnica, concentração e resistência física. Os melhores pugilistas da Grécia antiga – como Melagomas – eram na verdade mais famosos pelo seu ‘atravmatistas’ (ou incólume) estilo de boxe. Os primeiros registos da prática de boxe são no Egito em 3000 d.c., e rapidamente tornou-se num dos pilares dos Jogos Olímpicos da antiguidade na Grécia desde a Olimpíada 23 de 688 d.C., e o seu primeiro campeão foi Onomastos Smyrnaios.

O primeiro registo de um combate de boxe foi em Inglaterra em 1681, mas só em 1743, é que Jack Broughton desenvolveu o seu primeiro conjunto de regras. Só em 1867, é que começou boxe moderno como o conhecemos.

O boxe moderno foi introduzido como modalidade olímpica em St. Louis em 1904, com sete categorias de peso. Em 1912, a competição boxe foi cancelada para os jogos de Estocolmo, devido a antiga lei sueca. No entanto, a seguir à I guerra mundial, foi retomada para os Jogos Olímpicos de Antuérpia, 1920.

Provavelmente o mais famoso de todos os boxistas era Cassius Marcellus Clay, que ganhou o ouro em Roma em 1960 e mais tarde passou a tornar-se, talvez, o melhor boxista de pesos pesados profissional de todos os tempos sob o nome de Muhammad Ali. Em Portugal, o primeiro combate remonta a 1909 e ainda só existe registo de uma participação nos Jogos Olímpicos. João Miguel, na categoria de -48 Kg fez a sua estreia nos Jogos Olímpicos de 1980 em Moscovo. Atleta natural de Almada, conhecido por “paquito”, terminou a participação nos oitavos-de-final.

No Boxe, os pugilistas lutam num ringue elevado com um piso de lona em borracha, com 6,1 m por 6,1 m. Os lados são marcados por quatro linhas de cordas. Existem dois cantos – azuis e vermelhos – para cada adversário, para se sentar a meio de uma ronda. Os pugilistas vestem uma roupa que combinada com a cor do seu canto. Os pugilistas são pesados no dia da abertura da competição e todos os dias de competição para se certificar que não estão mais pesados do que o máximo permitido. Os assaltos são registados por cinco juizes, que atribuem pontos quando percebem que houve contato, ou seja, que tenha ocorrido um soco.

Os pugilistas só estão autorizados a usar as luvas para tocarem no adversário, não sendo permitido usar os cotovelos ou a cabeça. Só podem tocar no adversário acima da cintura.

e não pode tocar nos rins ou atrás da cabeça. O árbitro pode advertir o pugilista para estas faltas, e três advertências levam a uma desqualificação.

Os assaltos duram quatro rounds de dois minutos cada com um intervalo de um minuto entre eles. No final, o pugilista com o maior número de pontos é o vencedor, também podem ser considerados vencedores através de um “Knockout”. Os árbitros podem pôr fim ao assalto em qualquer momento se sentirem que a saúde dos atletas está em risco, enquanto o treinador pode ‘atirar a toalha ao chão’ e terminar o assalto. Os assaltos também podem terminar se a diferença de pontuação entre dois pugilistas exceder os 15 pontos. Os pugilistas, para se qualificarem para os Jogos Olímpicos, devem ter pelo menos 17 anos e não mais que 34.

2.2.5 Origem da Associação de Boxe do Porto

A Associação de Boxe do Porto teve a sua origem em Novembro de 1932, no início a sede das suas instalações foram cedidas por o Clube Fluvial Portuense.

Nos dias de hoje a associação de Boxe do Porto tem as suas instalações na Casa do Desporto desde meados de 1972. Nos últimos anos cerca de 22 clubes estão inscritos, com uma média de 250 atletas por ano.

Sendo assim a associação de Boxe do Porto é uma associação sem qualquer fim lucrativo, que gere a nível regional todos os clubes, academias e ginásios na prática da modalidade de Boxe.

Atualmente a sua área territorial vai desde Caminha até Espinho, não esta unicamente compreendida a cidade do Porto. Tem clubes inscritos desde Guimarães, Famalicão e Braga e todos os clubes de relevo da cidade do Porto e área metropolitana.

Foi considerada modalidade com estatuto de utilidade pública publicada em despacho n.5344/2013.

O Sr. Cesar Moreira é atualmente o Presidente da associação de Boxe do Porto, onde os órgãos sociais são estrutura da A.B.P tais como:

- Assembleia Geral;
- Direção;
- Conselho Fiscal;
- Conselho jurisdicional;
- Conselho disciplinar.

A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios, no pleno gozo dos seus direitos, expressamente convocada nos termos da lei e do Regulamento Geral interno da Associação, Clube ou Coletividade.

A Direção é constituída por (...) elementos, sendo um Presidente. (1 ou 2) vice-presidente(s), (...) tesoureiro, (...) secretário (s) e (...) vogais.

- 1- A Direção é o órgão de gestão permanente do clube e da orientação da sua atividade.

2- São funções da Direção:

- a) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
 - b) Organizar e superintender a atividade da Associação, Clube ou Coletividade;
 - c) Exercer as demais funções previstas na lei, nos presentes Estatutos e no Regulamento Geral Interno da Associação, Clube ou Coletividade;
- 1- Elaborar os planos de atividades, relatórios e contas, a submeter a aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é composto por (...) elementos sendo um Presidente, (...) secretário(s) e (...) relator(es)

2- Ao conselho Fiscal compete:

- a) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais da Direção;
- b) Fiscalizar a administração realizada pela Direção da Associação, Clube ou Coletividade;
- c) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei geral ou que decorram da aplicação dos estatutos ou regulamentos.

2.2.6. Aspeto Social do Boxe

Existem estudos que abordam o combate à delinquência juvenil com a possível eficácia da prática do boxe enquanto fator de proteção.

A probabilidade da ocorrência de uma situação de risco é influenciada por um conjunto de variáveis/fatores, sendo que presença ou ausência de determinados fatores detém uma grande influência, também, na avaliação do próprio risco.

Afonso (2021), realizou um estudo que teve como principal objetivo compreender a relação entre a prática desportiva do Boxe, no que diz respeito as crianças e jovens, e a sua eficácia na intervenção no fenómeno da delinquência juvenil.

Através da análise e caracterização dos fatores relacionados à prática do Boxe, que mais contribuem para proteção dos jovens atletas, assim como compreender as lacunas e ver ambos os prós e os contras da prática desportiva e a sua relação à delinquência juvenil.

O estudo dividiu-se em duas partes, a primeira parte teórica, e a segunda empírica, onde se fez uma proposta de estudo direcionada a treinadores de boxe, inscritos pela Associação de Boxe do Porto, através de uma entrevista semiestruturada.

Através dos resultados obtidos o autor conclui que a prática tem benefícios, que inibem os jovens da delinquência. Mas é preciso entender que a modalidade por si não é solução.

Vários autores e profissionais do desporto salientam que a prática desportiva promove competências a nível do controlo e gestão emocional e eleva, também, a autoestima do jovem que, quando é baixa, torna-se um fator de risco, ou seja, que contribui para o aumento da delinquência.

A modalidade do boxe é complexa, os próprios clubes/academias definem-se como locais que podem contribuir para uma mudança positiva, sendo que ao mesmo tempo continuam a refletir a realidade desorganizada que se vê, por exemplo, em bairros problemáticos (Wacquant cit in. Jump & Smithson, 2019). Nesse sentido, a capacidade de o boxe incutir autodisciplina ao pugilista é fundamental, tendo como bom exemplo: quando o jovem atleta se irrita e abandona o treino, o treinador irá adverti-lo que se continuar com a mesma atitude e sucumbir perante as dificuldades da vida, este poderá não ter sucesso no seu futuro.

O boxe, enquanto modalidade desportiva, tem muito para oferecer a uma juventude em risco, desde o contributo para o aumento da autoestima do indivíduo e, consequentemente, para a construção de uma identidade positiva, fomenta a aquisição de competências ao nível da inteligência emocional, entre outros benefícios (Wright et al. cit. in Cruz, 2018).

A prática do boxe apresenta diversos benefícios e contributos para inibir que os jovens enveredem pelo caminho da delinquência. No entanto, é essencial analisar os contras da prática da modalidade, considerando fatores como o respeito, questões de género e, até mesmo, a própria desistência da conduta delinvente (Jump, 2017), entre outros.

Em suma, através da análise dos prós e dos contras da prática da modalidade do boxe, levantam-se algumas questões relacionadas com a eficácia desta, na inibição de comportamentos de delinquentes, começando logo pelo facto de se tratar de um desporto de combate e persistirem argumentos que ponham em causa o seu contributo na possível diminuição da violência.

Em entrevista a 8 de Fevereiro, 2022 feita ao presidente do Comité Olímpico de Portugal o professor José Manuel Constantino por parte do Semanário Regional “O Mirante”, em formato digital é escrito um pequeno artigo, onde se recandidata novamente ao cargo e apresenta o seu manifesto eleitoral.

Ao se recandidatar José Manuel Constantino assume o desafio de “Valorizar Socialmente o desporto”, no seu manifesto eleitoral.

Com 71 anos, natural de Santarém é recentemente nomeado personalidade de 2021 por “O Mirante”.

Recandidatou-se as eleições do COP com a subscrição de 30 das 33 federações olímpicas, exceto as de Taekwondo, Boxe e Basebol, que perderam o estatuto de utilidade pública.

Para a tentativa do terceiro mandato, que lidera desde 2013, tem o objetivo principal de “Valorizar socialmente o desporto” e na agenda política e social o seu mandato seja um “único de coesão social e desenvolvimento humano”.

Respeita os 30% de elementos femininos definidos pelo Comité Olímpico Internacional (COI) e conta com três antigos atletas olímpicos.

A experiência da sua equipa, não necessita de apresentações, o seu conhecimento, tem uma grande experiência, logo a sua responsabilidade é maior, perante um mandato mais curto, face ao adiamento dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020 para 2021.

Para José Manuel Constantino a realidade nacional não garante a sustentabilidade dos resultados alcançados, é necessário mais trabalho a nível organizativo e desportivo.

José Manuel Constantino propõe recuperar o sector do desporto para níveis europeus, com integração das políticas nacionais. Perante as carências do desporto nacional, e sendo as políticas públicas de pouco apoio ao sector do desporto, aposta-se na recuperação, perante a pandemia do covid 19, para níveis que separam Portugal da média europeia, valorizando com áreas políticas relevantes.

Para Taylor (1998) o capital social, enquanto elemento agregador de indivíduos que partilham valores comuns e ideias, leva à criação de laços de interdependência e de cooperação social, que consequentemente leva à criação de uma comunidade. Para Taylor esse sentimento de pertença é o fator chave que torna possível a emergência de reivindicações para o reconhecimento das diferenças num quadro de igualdade de direitos (idem: 45-94). Esta teoria não é partilhada por Sennet (2001), uma vez que este questiona a conceção de comunidade, uma vez que esta poderá criar uma falsa unidade em torno de valores comuns.

Em jeito de conclusão como defende Seixas (2013), afirmando-se a política numa sociedade (para o caso, numa sociedade urbana) muito em termos da capacidade de expressão e de participação de cada indivíduo nesta (como direito e como dever), o capital social afigura-se, assim, como fator primordial da sua riqueza coletiva.

Não se pode falar de associativismo sem se mencionar capital social, já que a base do associativismo é precisamente o capital social. O associativismo permite a construção de capital social que produz efeitos positivos para a vida em comunidade, ajudando esta a manter-se unida e coesa.

2.3.O Associativismo do Boxe

No decreto de aprovação da Constituição Republica Portuguesa de 10 de abril de 1976, o artigo 46º liberdade de associação, nº 1 refere que os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.

O associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objetivos de entre ajuda e cooperação sem fins lucrativos.

Uma associação é um grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em prática comum os seus conhecimentos ou atividades de uma forma contínua, de acordo com as “regras” por eles definidas, tendo como objetivo compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses (Viegas, 2004).

Já para Capucha (1990) o associativismo é tido como uma forma de organizar as populações, rentabilizando os seus recursos e capacidades, melhorar e qualificar as suas condições de vida, de satisfazer necessidades cultivadas, de criar condições para se fazerem representar no diálogo junto dos poderes. Isto é, as associações ajudam a criar e a desenvolver capital social, aumentando assim a produtividade, não só dos indivíduos mas também dessas mesmas associações.

Fernandes (2003) propõe três conceções de associativismo, em primeiro lugar, o associativismo tradicional ou revivalista, onde as associações são apresentadas como espaços de convívio e que têm como base a promoção da solidariedade e a entreajuda. São exemplo as associações culturais, recreativas e desportivas, onde por norma existe sempre um espaço dedicado a este convívio. Em segundo lugar, identifica as associações empresariais ou pragmáticas, um tipo de associativismo mais profissionalizado, que tem como objetivo a prestação de serviços. Isto é, o associado paga as suas quotas, e depois durante esse período de tempo pode usufruir de vários serviços, tais como jurisdição, auxílio quando o associado pretende candidatar-se a algum apoio europeu, contabilidade, etc. Por último, identifica o associativismo emergente, caracterizado por ter uma vertente emancipadora, desenvolvendo projetos inovadores e de incorporação de novas práticas, nomeadamente as hortas urbanas, o aproveitamento de comidas que todos os dias os

restaurantes deitam fora, promoção do desporto através de atividades como corridas noturnas, etc.

É de salientar algumas das teorias sobre o associativismo surgidas na última década do séc xx, com a contribuição de Tocqueville.

O associativismo assume, cada vez mais, um papel estratégico no âmbito do Sistema Desportivo, Cultural e Juvenil, dada a proximidade aos cidadãos, afirmando-se como polos de desenvolvimento local que promovem a crescente oferta de atividades, e como espaços para fomentar hábitos de cidadania ativa (IPDJ, 2020).

O desenvolvimento desportivo, cultural e juvenil nacional define-se, sumariamente, pelo aumento de um conjunto de indicadores que assenta no número de praticantes e elementos, nos níveis de regularidade e frequência desportiva e cultural, no número de organismos de acolhimento, na rede de infraestruturas, no número de modalidades praticadas, na abrangência e formação dos seus públicos, bem como nos níveis dos resultados alcançados.

De modo a assegurar a promoção de tais indicadores, e considerando que este processo está dependente de um sentido mútuo de responsabilidade e de um permanente propósito de colaboração institucional, a Constituição da República Portuguesa prevê que os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que não se destinem a promover a violência e que os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.

A Constituição da República Portuguesa estabelece no artigo 79.º (Cultura Física e Desporto) que:

«1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.

2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.»

Decorrente destas duas disposições, surgem as diversas tipologias de associativismo na área do desporto:

- Clubes de praticantes;
- Clubes desportivos;

- Sociedades desportivas;
- Associações de clubes;
- Associações de agentes desportivos;
- Associações promotoras de desporto;
- Federações desportivas;
- Entidades de índole confederativa;
- Outras entidades com intervenção na área do desporto.

O Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, que aprova os Estatutos do IPDJ, determina que uma das suas atribuições é organizar e manter atualizado o registo nacional de clubes e demais entidades com intervenção na área do desporto.

O registo é facultativo, salvo para Clubes de Praticantes, Associações Promotoras do Desporto (APD), Sociedades Desportivas e Federações Desportivas (titulares do estatuto de utilidade pública desportiva).

Temos diversos exemplos de associativismo desportivo a nível nacional, tais como:

- Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto
- Conselho Nacional da Juventude
- Confederação do Desporto de Portugal
- Comité Olímpico de Portugal
- Comité Paralímpico de Portugal
- Desporto Escolar
- ePortugal
- Federação Académica do Desporto Universitário
- Federação Nacional das Associações Juvenis
- Fundação do Desporto
- Fundação da Juventude
- Garantia Jovem

- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- Internet Segura
- Movijovem
- Parlamento dos Jovens
- Pousadas de Juventude
- Programa Nacional Marcha e Corrida
- Sistema Nacional de Gestão da Aprendizagem

A nível internacional são diversas, tais como:

- BeActive
- Comissão Europeia
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors
- Conselho da Europa
- CPLP Juventude e Desporto
- Corpo Europeu de Solidariedade
- Erasmus+
- Eryica
- Eurodesk
- Fórum Europeu da Juventude
- Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América
- Portal Europeu da Juventude
- Start to Talk

O conceito de “capital social” segundo Putman (1995), que assenta em dois pilares:

- Um lado as redes e normas de cooperação social consubstanciadas nas associações;
- Segundo pilar a confiança social com origem no contexto relacional.

O Capital Social a uma comunidade, região e a um país, e permite avaliar as cooperações a nível social.

Segundo Cohen e Rodgers (1995) propõem na delegação de poderes do estado nas associações segundo fórmulas institucionais em tudo análogas a uma concertação social alargada.

As teorias sobre o associativismo coloca-nos uma questão; como é que se invocam crescentemente as virtudes das associações quando o número de cidadãos que participam tende a diminuir?

As virtudes das associações poderão estar pelo lado das potencialidades do impacto social quer pelo lado das objeções empíricas e teóricas que tem sido feitas às associações.

Para respondermos a estas questões que vão aparecendo teremos que considerar as contribuições mais recentes sobre a sociedade civil, a esfera pública, privada e política, bem como os critérios de diferenciação das associações.

Segundo Habermas (1996), a sociedade civil, o seu núcleo fundamental, está nas associações não económicas e não estatais (voluntárias) que ligam as estruturas comunicacionais do espaço público à componente social do mundo vivido.

Assim pressupõe-se que os indivíduos se organizam autonomamente na pluralidade de associações e grupos informais, num quadro legal de respeito por as liberdades fundamentais e com reserva de atuação do estado relativamente aos espaços privados (Cohen e Arato, 1999).

Os efeitos cívicos e democráticos das associações poderão, assim, ser considerados numa perspetiva alargada relativamente ao contributo inicial Tocqueville.

Tomando como referência a proposta de Warren (2001 e 2004) esses efeitos desenvolvem-se a três níveis:

- Efeitos a nível individual: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- Efeitos a nível da esfera pública: representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a discussão pública e a deliberação democrática;

-Efeitos institucionais: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário, na implementação de políticas públicas.

Se a percentagem de indivíduos que se envolvem em associações é tão pequena, sendo assim as associações canalizam para a esfera pública, orientações valorativas que enriquecem o processo na esfera pública.

Desta discussão pública surge efeitos a nível individual, na transformação da consciência social e política.

Através de acordos entre si ou com instituições estatais, as associações poderão desempenhar funções de coordenação.

Nas últimas décadas as tecnologias e a internet tem substituído o convívio entre os grupos de pessoas, levando ao individualismo, sendo assim a forma presencial nas associações totalmente diminuta.

Estão descritos três tipos de associações: as associações de carácter social, as associações que expressam os novos movimentos sociais e as associações políticas (que incluem as profissionais).

Na minha pesquisa sobre as associações existem outros tipos de associações tais como: as associações de “integração social” que englobam, as seguintes modalidades associativas:

- Associações “ de pais e moradores” ;
- Associações de “solidariedade social e religiosas”;
- Associações “desportivas, culturais e recreativas”.

As associações que expressam “os novos movimentos sociais “ que englobam as seguintes modalidades associativas:

- As associações de defesa dos direitos de cidadania;
- As associações de defesa dos animais;
- As associações ecologistas e ambientais.

As associações de” defesa de interesses de grupo”, englobam as seguintes modalidades associativas:

- Associações empresariais ou financeiras;
- Sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas.

2.4. Contexto Legal

A Constituição da Republica Portuguesa, no seu artigo 79º - Cultura física e desporto, refere que:

- 1- Todos têm direito á cultura física e ao desporto;
- 2- Incumbe ao estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Em Portugal o sistema desportivo foi regulado de forma pontual. Só recentemente aumentou o interesse geral nesta área. Em 1990 foi aprovado na assembleia da república a Lei no 1/90, de 13 de Janeiro que foi denominada por Lei de Bases do Sistema Desportivo. São 31 anos de vigência de uma lei de enquadramento, definidora dos princípios gerais do sistema desportivo.

A referida lei foi revogada pela Lei 30/04 de 21 de Julho e foi designada de Lei de Bases do Desporto. Esta foi, por sua vez, revogada pela lei que se encontra atualmente em vigor, a Lei no 5/2007, de 16 de Janeiro, e foi designada por Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

O regime jurídico que regula o reconhecimento das pessoas coletivas de utilidade pública foi instituído pelo Decreto-Lei nº 460/77, de sete de Novembro, sendo que este decreto-lei constitui a legislação base para a atribuição deste estatuto quer a associações, fundações, pessoas coletivas e privadas que prossigam fins de interesse geral, quer a pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.

O Decreto-Lei nº 391/2007, de 13 de Dezembro, procede à primeira alteração do regime anteriormente referido, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública.

Em Portugal, tal como em Itália, França, Espanha ou Grécia, não existe desporto, sem a presença de poderes públicos, independentemente das opções e alterações políticas vigentes.

A legislação é um fator de desenvolvimento desportivo e desempenha um papel fundamental na construção do sistema desportivo.

A Lei de Bases da Atividade Física e Desporto, nos seus princípios gerais refere que:

Artigo 2º - Princípios da universalidade e da igualdade

Artigo 3º - Princípio da ética desportiva

Artigo 4º - Princípio da coesão e da continuidade territorial

Artigo 5º - Princípios da coordenação, da descentralização e da colaboração.

Na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto, no que se refere ao associativismo desportivo, nas federações desportivas, salienta-se:

- . A proibição dos votos de representação nas assembleias gerais das federações desportivas, ligas profissionais e associações de âmbito territorial;
- . A imposição do escrutínio secreto para a tomada de deliberações respeitantes aos titulares dos órgãos, ou á apreciação de comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa.

Nas federações desportivas, no referente à utilidade pública desportiva:

- . O processo de renovação implica maior burocratização;
- . A atribuição depende da titularidade do estatuto de utilidade pública;
- . Por portaria serão definidas para cada ciclo olímpico as modalidades às quais pode ser atribuído o estatuto de utilidade pública desportiva.

2.5. Estatuto de Utilidade Pública no Boxe

Após a entrada em vigor da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e das alterações que esta introduziu no ordenamento jurídico desportivo nacional, foi necessário promover a reforma do diploma que estabelecia o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, o Decreto-Lei nº 144/93, de 26 de abril.

O regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva:

- Artigos 10.o a 25.o do Decreto-Lei nº 93/2014 de 23 de junho.

A FPB foi fundada a 14 de março de 1914, tem registo Nacional de pessoas coletivas, com CAE 93192, NIPC 501394877, com data de constituição de 26.01.1949.

Assim, importa clarificar algumas questões:

O que são pessoas coletivas de utilidade pública?

São pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos (associações, fundações ou certas cooperativas) que prossigam fins de interesse geral em cooperação com a Administração central ou local em termos de merecerem da parte da Administração a declaração de utilidade pública.

Onde está previsto o regime jurídico da declaração de utilidade pública?

. O regime jurídico da declaração de utilidade pública está previsto no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 391/2007, de 13 de dezembro;

. Existem diversos regimes especiais de utilidade pública;

. O regime de utilidade pública das fundações está previsto nos artigos 24.o e 25.o da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei nº 24/2012, de 9 de julho.

Quais as entidades que podem requerer a declaração de utilidade pública?

As entidades que podem requerer a declaração de utilidade pública são as associações, as fundações e certas cooperativas, desde que não sejam abrangidas por regime.

Quais as entidades que podem requerer a declaração de utilidade pública?

As entidades que podem requerer a declaração de utilidade pública são as associações, as fundações e certas cooperativas, desde que não sejam abrangidas por regime especial que lhes conceda a natureza ou as prerrogativas das pessoas coletivas de utilidade pública.

Quais os requisitos para a declaração de utilidade pública?

As entidades que pretendam obter a declaração de utilidade pública devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Desenvolverem, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social tais como a promoção da cidadania e dos direitos humanos, a educação, a cultura a ciência, o desporto, o associativismo jovem, a proteção de crianças, jovens, pessoas idosas, pessoas desfavorecidas, bem como de cidadãos com necessidades especiais, a proteção do consumidor, a proteção do meio ambiente e do património natural, o combate à discriminação baseada no género, raça, etnia, religião ou em qualquer outra forma legalmente proibida, a erradicação da pobreza, a promoção da saúde ou do bem-estar físico, a proteção da saúde, a prevenção e controlo da doença, o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento económico, a preservação do património cultural;
- b) Estarem regularmente constituídas e regerem-se por estatutos elaborados em conformidade com a lei;
- c) Não desenvolverem, a título principal, atividades económicas em concorrência com outras entidades que não possam beneficiar do estatuto de utilidade pública.
- d) Não serem enquadráveis em regimes jurídicos especiais que lhes reconheçam a natureza ou, em alternativa o gozo das prerrogativas das pessoas coletivas de utilidade pública;
- e) Possuírem os meios humanos e materiais adequados ao cumprimento dos objetivos estatutários.
- f) Não exercerem a sua atividade, de forma exclusiva, em benefício dos interesses privados, quer dos próprios associados, quer dos fundadores, conforme os casos. As entidades que funcionem primariamente em benefício dos associados podem obter a declaração de utilidade pública?

Podem, desde que pela sua própria existência fomentem relevantemente atividades de interesse geral e reúnam os restantes requisitos. Ou seja, devem desenvolver uma atividade geradora de benefícios para a sociedade, de tal maneira que se possa considerar que ultrapassam em relevância os benefícios gerados em favor dos próprios associados. Este juízo cabe ao órgão decisor e tem como base os documentos apresentados pela própria entidade e os pareceres recolhidos pela P.C.M. junto de outras entidades públicas.

Qual o tempo mínimo de existência para que uma entidade possa requerer a declaração de utilidade pública?

O tempo mínimo de existência é de três anos de efetivo e relevante funcionamento. A lei permite a dispensa deste prazo quando se verifique alguma das seguintes condições relativamente à entidade requerente:

- a) Desenvolver atividade de âmbito nacional;
- b) Evidenciar, face às razões da sua existência ou aos fins que visa prosseguir, manifesta relevância social. A decisão de dispensar ou não o prazo de três anos é do membro do Governo que despacha o pedido. No caso das fundações, o prazo de três anos só pode ser dispensado se tiverem sido instituídas por pessoas coletivas de utilidade pública.

A quem compete a declaração de utilidade pública?

Compete ao Primeiro-Ministro, com faculdade de delegação. Presentemente, a competência encontra-se subdelegada no Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Como iniciar o pedido da declaração de utilidade pública?

Os pedidos da declaração de utilidade pública são apresentados exclusivamente por via eletrónica, mediante preenchimento do formulário.

Quais os documentos que devem acompanhar o formulário eletrónico?

Para submeter o pedido é necessário juntar o documento de identificação do apresentante do requerimento e o comprovativo da sua legitimidade como representante da entidade, respetivamente:

- a) Cartão de cidadão/ bilhete de identidade/cédula profissional;

b) Ata de tomada de posse como membro dos órgãos sociais, mandato ou procuração.

A Lei não impõe um prazo. A duração da instrução varia em função da complexidade do processo e dos ajustamentos que a entidade tiver que fazer para preencher todos os requisitos legais.

Como objetivo consagrado nos instrumentos de gestão da Secretaria-Geral para 2014, pretende-se que 75% dos processos sejam instruídos num prazo que não ultrapasse 125 dias úteis.

Como é que o requerente tem conhecimento da decisão?

Logo que a decisão é proferida, essa informação fica disponível na área do utilizador. Quando o pedido é deferido, o despacho é publicado no Diário da República.

Após a publicação, a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros envia ofício com cópia da publicação em Diário da República, do despacho e da informação dos serviços contendo os fundamentos da decisão.

As decisões de indeferimento não são publicadas e são notificadas aos requerentes por ofício acompanhado de cópia do despacho e das informações dos serviços.

A partir de que momento a declaração de utilidade pública produz efeitos?

A declaração de utilidade pública produz efeitos a partir da data de publicação do despacho na 2.ª Série do Diário da República.

Qual a duração da declaração de utilidade pública?

Regra geral, o estatuto de utilidade pública é concedido sem prazo e a declaração é válida enquanto a entidade cumprir os deveres que lhe são legalmente impostos e continuar a satisfazer os requisitos exigidos para a concessão. No entanto, tendo em conta as circunstâncias concretas da entidade requerente, o despacho de declaração de utilidade pública pode fixar um prazo.

A declaração de utilidade pública das fundações é válida por cinco anos.

A avaliação da manutenção dos requisitos e pressupostos legais é feita a todo o tempo.

No caso de indeferimento do pedido de declaração de utilidade pública é possível apresentar novo pedido?

Sim. O prazo mínimo para apresentação de novo pedido é de dois anos contados da data da apresentação do primeiro pedido, salvo se, antes de decorrido este prazo, se verifique e se comprove a alteração das circunstâncias de facto e de direito que fundamentaram a decisão de indeferimento.

Os efeitos de declaração de utilidade pública podem cessar?

A declaração de utilidade pública e as inerentes regalias podem cessar:

- a) Com a extinção da entidade;
- b) Por decisão da entidade competente para a declaração, se tiver deixado de se verificar algum dos pressupostos desta;
- c) Pela violação séria ou reiterada dos deveres que lhes estejam legalmente impostos.

Em caso de cessação, pode a entidade requerer, novamente, a declaração de utilidade pública?

As pessoas coletivas que tiverem sido objeto da cessação da declaração de utilidade pública poderão recuperar a sua categoria de utilidade pública desde que voltem a preencher os requisitos exigidos para a sua concessão, mas não antes de decorrido um ano sobre a decisão referida. Devem apresentar novo pedido, nos termos gerais.

A Federação Portuguesa de Boxe, pessoa coletiva de direito privado no 501394877, com sede na Av. Duque de Ávila, nº 9 - 5.o, em Lisboa, requereu a renovação do estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 16.o e 24.o do Decreto -Lei nº 248 -B/2008, de 31 de dezembro. A publicitação do requerimento apresentado pela Federação Portuguesa de Boxe foi tornada pública pelo Aviso nº 1586/2013, de 18 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.a série nº 23 de 1 de fevereiro de 2013, ao abrigo do nº 2 do artigo 16.o do Decreto -Lei nº 248 -B/2008, de 31 de dezembro. Foi ouvido o Comité Olímpico de Portugal, a Confederação do Desporto

de Portugal e o Conselho Nacional do Desporto, sob proposta do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, nos termos e para os efeitos do disposto dos artigos 17º e 18º do Decreto -Lei nº 248 -B/2008, de 31 de dezembro. A Federação Portuguesa de Boxe reúne todas as condições legais previstas no Decreto- Lei nº 248- B/2008, de 31 de dezembro, para que seja renovado o respetivo estatuto de utilidade pública desportiva. Nos termos do disposto no nº 7 do artigo 3º e no nº 2 do artigo 8º da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei nº 86 -A/2011, de 12 de julho, e alterada pelos Decretos -Leis nºs 246/2012 de 13 de novembro e 29/2013 de 21 de fevereiro, e no uso dos poderes delegados pelo Primeiro - Ministro no Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares através do despacho nº 9163/2011, de 15 de julho, publicado no Diário da República, 2.a série, nº 138, de 20 de julho de 2011, este subdelegou no Secretário de Estado do Desporto e Juventude, através do despacho nº 10587/2011, publicado no Diário da República, 2.a série, de 24 de agosto de 2011, os poderes relativos à declaração de atribuição, cessação de efeitos e cancelamento do estatuto de utilidade pública desportiva, Assim, por estes fundamentos, é renovado o estatuto de utilidade pública desportiva da Federação Portuguesa de Boxe, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 16º e 24º do Decreto -Lei nº248 -B/2008, de 31 de dezembro. O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de janeiro de 2013. Despacho nº 5338/2017.

A Federação Portuguesa de Boxe, pessoa coletiva de direito privado nº501394877, requereu a renovação do estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 16º e 24º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

O processo de renovação do estatuto de utilidade pública desportiva foi instruído nos termos prescritos pela Portaria nº 345/2012, de 29 de outubro.

Da análise do processo concluiu-se que os artigos 25º, nº 1, 46.o, nº 1, 54º, nº 1, 62º, nº 1, e 65º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Boxe, e que os artigos 7º, nº 1, 8º, 11º, nº 1 e nº 2, 13º, nº 2, 16º e 18º do Regulamento Eleitoral da referida federação não se encontram em conformidade com as normas imperativas constantes do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

Ademais, a Federação Portuguesa de Boxe não fez prova em tempo útil de que é atualmente titular do estatuto de mera utilidade pública, conforme estava obrigada nos

termos do previsto na alínea e) do nº 1 do artigo 3.º da Portaria nº 345/2012, de 29 de outubro.

No uso dos poderes delegados pelo Despacho nº 7601-A/2016, de 6 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 109, de 7 de junho de 2016, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 8.º e no nº 1 do artigo 10.º da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, por estes fundamentos, é indeferido o pedido de renovação do estatuto de utilidade pública desportiva apresentado pela Federação Portuguesa de Boxe. O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de janeiro de 2017.

2.6. Entrevista a Profissional de Direito da FPB

Na tentativa de aprofundar conhecimento nesta área considerei pertinente a realização de uma entrevista a um profissional na área de Direito, da FPB.

Após várias tentativas para realizar a entrevista presencialmente, e dados os constrangimentos associados à pandemia, a entrevista não foi possível concretizar-se. Assim, foi elaborado um questionário e enviado ao Dr. Ricardo Pinto.

Assim, transcrevo as informações obtidas.

O estatuto de utilidade pública desportiva da Federação Portuguesa de Boxe foi suspenso ou cancelado?

O estatuto de utilidade pública da FPB foi cancelado.

Porquê? Quais os motivos que levaram à suspensão/cancelamento?

Porque estavam desatualizados, à luz da lei atualmente em vigor.

Em função dessa circunstância, a Federação deixou de organizar provas?

Não, todas as provas continuam a ser realizadas.

E deixou de poder atribuir títulos nacionais?

Não. A FPB perdeu o estatuto de utilidade pública, mas não a capacidade de representar o boxe em Portugal.

Pode a Federação aprovar um regulamento de disciplina se não tiver o estatuto de utilidade pública desportiva?

Tanto quanto sei, não.

Se for cancelado o estatuto, pode nascer outra Federação a quem seja atribuído o estatuto de utilidade pública desportiva e passar ela a representar a modalidade junto da respetiva Federação Internacional e ser a nova Federação a competente para atribuir títulos nacionais?

Não. A FPB continua a ser entidade que representa e dignifica o boxe em Portugal.

Sem o estatuto, a Federação pode receber apoios financeiros do Estado através da celebração de contratos programa?

Não. Aliás, esse está ser na atualidade o maior problema que a FPB está a enfrentar, ou seja a falta de financiamento.

2.7. Boxe Profissional em Portugal

O boxe é um mundo muito pequeno em Portugal precisamos de mais público, refere o Pugilista Pedro Matos de 32 anos em 12/12/2019 em entrevista ao notícias ao minuto. O pugilista conversou antes de iniciar a disputa pelo título europeu da WBO (Organização Mundial de Boxe).

Em 2019 Pedro Matos, num sábado por às 22:00h defrontou Quaise Khademi no Majestic York Hall em Londres.

Antes de viajar para o Reino Unido em busca de alcançar um feito inédito, Pedro Matos abordou o panorama do boxe nacional, e a sua carreira.

O Pedro Matos começou no boxe aos 18 anos. Competiu na vertente olímpica, como amador, até 2015. Teve três presenças em campeonatos da europa e uma em campeonatos do mundo. Participou no torneio de qualificação para os jogos Olímpicos.

Foi três vezes campeão nacional e outras três da taça de Portugal. Esteve em vários torneios internacionais. Em 2016 iniciou o seu percurso profissional e, até 2019 tinha feito nove combates, com sete vitórias e duas derrotas.

No caso do Pedro Matos conseguiu-se qualificar, porque foi convidado pelo promotor que estava a organizar o evento, e a federação aceitou-o como adversário na defesa do cinturão, mas regra geral a qualificação tem uma relação, com os rankings das federações.

Pedro Matos afirma que em Portugal, é muito difícil ser atleta a tempo inteiro. Dá aulas num ginásio e num clube próprio de boxe para as modalidades de combate, permite fazer vida de atleta a tempo inteiro.

Pedro Matos alega que é necessário ter mais público, mais condições para os atletas, de mais pessoas a seguir a modalidade. Considera que é preciso conquistar um feito importante, um título da dimensão que ele disputou em 2019, para que o boxe chegue aos olhos do público em geral como uma modalidade forte e com bons atletas. É preciso que as pessoas acreditem no talento dos atletas portugueses.

Refere que é preciso fazer um esforço muito grande e acreditar que, com trabalho, é possível. Pedro Matos afirma que muitas vezes as coisas, não correm bem, mas o importante é não desistir, acreditar e trabalhar em prol dos objetivos.

O boxe é muitas vezes associado às classes mais baixas da sociedade, mas existem muitos casos que ligam a modalidade também às chamadas elites. Por exemplo, o antigo presidente dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt, chegou a praticar boxe antes de assumir o cargo e posteriormente, organizar combates na Casa Branca.

Para Pedro Matos o boxe é um desporto que é para todos os estratos sociais, sendo que tem um papel importante nas classes sociais mais baixas, permite à semelhança de outros desportos, que crianças e atletas cheguem a um grande nível e, melhorarem as suas condições de vida. Nota-se na comunicação social quando alguém de classe social baixa chega ao topo a visibilidade é grande.

Por definição desporto de combate implica normas e regras com o objetivo principal garantir a integridade física dos dois lutadores e um árbitro, para as fazer respeitar, embora se afaste do combate real, por outro lado, permite enfrentar um adversário que aplica todo o seu potencial físico, sendo o Boxe considerado como modalidade de percussão.

O Boxe, também chamado de nobre arte, é considerado dos desportos de combate mais antigos por todas as culturas da humanidade.

Em 2022, Pugilista português, Jorge Silva sagrou-se campeão do mundo de boxe na categoria semi-pesados, um título mundial conquistado aos 38 anos num combate realizado em Matosinhos, cidade onde nasceu.

3. Realização do Estágio

3.1 Competências Funcionais e Definição do Plano de Ação

Em setembro de 2021, tive a minha primeira reunião na qualidade de estagiário, na Academia de Boxe do BFC, com o Treinador Principal, Sr. Carlos Caldas e com o Dr. Ricardo Rocha.

Nessa reunião foram definidas as linhas orientadoras do estágio, e o meu supervisor proporcionou-me uma visita guiada às instalações da academia de Boxe do BFC, onde fui apresentado a um conjunto de colaboradores e membros do clube com cargos na direção. Nessa reunião foram definidas as linhas orientadoras do estágio. Desde o início do meu estágio, que fui informado da visão, missão e valores deste departamento.

Fui informado que iria ser assessor dos responsáveis do departamento, e que esperavam que acompanhasse e contribuísse de forma ativa e criativa para o mesmo. Ao longo do ano tive a oportunidade de observar e executar diferentes tarefas, onde pude aplicar conhecimentos previamente adquiridos, assim como: desafiar o meu lado mais criativo e integrador de soluções. Contactei com diferentes realidades e apareceram-me vários desafios que puseram à prova a minha capacidade de superação e adaptação a novas situações. Foi gratificante integrar na prática os conhecimentos adquiridos na componente teórica, nomeadamente no que se refere à organização e gestão de eventos, gestão de instalações desportivas, direito no desporto, gestão no desporto, entre outras áreas.

No setor Administrativo fui encarregado das tarefas operacionais do departamento, nomeadamente ao nível informático, arquivo de documentos, gestão de recursos humanos, representação do departamento de boxe, assistindo ou mediando diálogo com clientes, parceiros e/ou patrocinadores, auxílio na coordenação de atividades do departamento, gestão das instalações e apoio comercial e administrativo às modalidades amadoras do boxe.

Na comunicação interna, executava a gestão dos colaboradores dos projetos em atividade, comunicando diretamente com os mesmos. Para além disso, fui encarregue de efetuar tarefas que exigiram comunicação com diversos setores do clube, de diferentes

departamentos e áreas, de forma a informar, auxiliar e/ou conciliar recursos, tendo em conta os objetivos do departamento.

Na comunicação externa, exerci ocupações que exigiam o contato direto com adeptos e parceiros e/ou patrocinadores, onde pude acompanhar, transmitir propostas, reunir e, até mesmo, estabelecer acordos com diversas empresas. Participei de forma ativa na organização, promoção e avaliação de diversos eventos desportivos de Boxe.

Já no campo dos Produtos/Serviços, estive envolvido no lançamento e desenvolvimento de produtos nomeadamente de produtos de merchandising.

3.2 Atividades Desenvolvidas No Estágio Profissionalizante

O Departamento Comercial do clube, centra-se na promoção do BFC, e na aproximação dos sócios e simpatizantes, assim como do mercado empresarial, de maneira a aumentar o valor da marca, traduzindo-se desta forma, direta ou indiretamente, num aumento de receitas.

Assim, existe um conjunto de ações que têm de ser realizadas para o correto funcionamento da área administrativa e de promoção, para que haja um perfeito desenvolvimento do departamento e seus projetos,

A responsabilidade do departamento de boxe engloba diversos setores, como a administração e a oferta de produtos e serviços, assim como a comunicação interna e externa, passando pelo apoio aos diferentes departamentos, tendo em conta a promoção e comercialização do clube.

3.2.1 Área Administrativa

No que diz respeito à área administrativa, esta é composta por tarefas operacionais correntes, algumas de carácter obrigatório, e que estiveram presentes em todas as fases do meu estágio.

As ações podem ser divididas em contextos diferenciados, como é o caso das ferramentas informáticas, da arquivação de documentos, da gestão de recursos humanos, da representação comercial do clube através do departamento, das reuniões internas, do apoio comercial às modalidades amadoras, da coordenação de atividades próprias do departamento, ou do clube, do desenvolvimento de novos projetos no departamento e da gestão de instalações.

No decurso do estágio fui incumbido pelo supervisor, de realizar a gestão do e-mail do departamento de boxe, ficando responsável por selecionar a informação importante e priorizar os assuntos a serem respondidos e por quem.

O mail é um dos principais meios formais de comunicação entre o departamento e os sócios, simpatizantes ou empresas interessadas em contactar o clube, é de extrema importância a sua gestão, de maneira a que haja um acompanhamento de informações e interação do departamento com do ambiente que o rodeia.

O mail revela-se uma ferramenta extremamente importante para o clube, pois possibilita a comunicação e captação de possíveis interessados e negócios de valor, como a angariação de patrocínios e parcerias. Através do mail podem surgir marcações de reuniões com diversas empresas que possam ter o interesse em se associarem ao clube, das mais diversas maneiras.

No que se refere a reuniões tive a possibilidade de assistir, acompanhar ativamente reuniões de carácter transaccional, com potenciais clientes, parceiros e patrocinadores. Desta forma, representei o clube, e o departamento, ao receber potenciais clientes e ao estabelecer negociações em reuniões, ou via email.

Realizei tarefas ao nível informático, que correspondiam a um conjunto de tarefas-base, e de constante interação e atualização, dos diversos projetos do departamento de boxe. Outra tarefa que me foi atribuída relaciona-se com o arquivo de documentos.

Realizei arquivo de documentação, nomeadamente, dados pessoais, documentos de identificação, contratos de trabalho, e documentos de contratos com a seguradora do projeto, como as apólices de seguros.

No que diz respeito à gestão dos recursos humanos, fui desde cedo encarregue de ajudar, informar, orientar, e até formar, alguns estagiários que passaram pelo departamento.

Tendo em conta que o clube é composto pelos diversos departamentos, e havendo uma ligação do departamento de boxe para com a comunidade externa, de maneira a promover o BFC, ocorreram situações onde surgiu a possibilidade de acompanhar, e auxiliar na coordenação de atividades do clube, além do próprio departamento.

Exemplo disso, são as ações sociais realizadas às escolas, através da receção e visita de crianças e jovens, às instalações do BFC, tal como, as requisições, por parte de certas empresas, de serviços e/ou espaços do BFC, com o interesse de realizar conferências, ações de formação, para os seus colaboradores.

Outra função que me foi atribuída, ou que senti necessidade de realizar ao longo do estágio, diz respeito à gestão de instalações, nomeadamente, das salas do departamento de boxe, assim como do seu recheio (materiais armazenados diversos).

Exemplo disso, é a gestão da limpeza das salas do departamento e das instalações. Estas funções foram priorizadas dado o contexto nacional de Covid 19. As funções de supervisão da higienização das diferentes salas foi reforçada.

Assim como a gestão dos recursos materiais que estavam armazenados nas salas, e que iam sendo utilizados durante atividades e projetos, como também, dos diversos materiais - desde cartazes, placas, montras, televisores, entre outros.

Na gestão de equipamentos era necessário avaliar funcionamento e eventual necessidade de reparações, procedendo á realização de guia de reparação.

Existe um conjunto de ações a desempenhar na área administrativa, para o correto funcionamento do departamento, de maneira a que haja uma base estruturada e funcional, quer para o desenvolvimento dos projetos como para o contacto com o mercado nacional.

3.2.2.Organização Eventos de Boxe

No decurso do estágio foram diversos os eventos de Boxe em que tive oportunidade de participar de forma ativa, nomeadamente na gestão de equipamentos, gestão de instalações, deslocação dos atletas, e em algumas situações também na estadia dos atletas.

Participei de forma ativa na organização, promoção e avaliação de diversos eventos desportivos de Boxe.

Nos eventos desportivos de Boxe participei no Pré evento, através de planeamento, organização e promoção de cada evento.

No Evento participei no acolhimento dos atletas, receção, verificação de documentos, confirmação da identificação dos atletas, participação em reunião preparatória.

No Pós Evento participava na elaboração de estatísticas e reunião de avaliação de evento.

De seguida descreverei os eventos em que participei.

Competição Golden Gloves

Foi o primeiro evento em que participei. Decorreu no dia 2 e 3 de Outubro de 2021 no complexo desportivo da cidade da Maia. Foi a 5ª edição deste torneio de boxe olímpico. A figura 11 apresenta o cartaz de publicitação Torneio Boxe Olímpico Golden Gloves.



Figura 11: Torneio Boxe Olímpico Golden Gloves

Gala Boxe Profissional

A gala de boxe profissional decorreu no dia 2 de Outubro, na cidade da Maia, inserida no evento power expo 2021. Decorreu no complexo de ténis da Maia.

Neste evento foi dada também a possibilidade de assistir em casa, em streaming ,através da plataforma PFN www.pfn.live em sistema payperview.

A figura 12 apresenta o cartaz de publicitação desta gala de boxe profissional.



Figura 12: Gala Boxe Profissional

Campeonatos Nacionais em Algés

Decorreram no âmbito nacional nos dias 26, 27 e 28 de Novembro de 2021, em Algés. Para além das tarefas realizadas no evento anterior, este pressupôs logística para o alojamento dos atletas participantes.

Campeonato Nacional de Boxe de Seniores

A Figura 13 apresenta o cartaz de publicitação do evento do campeonato nacional de boxe de seniores, realizado dos dias 12 e 13 de novembro de 2021.



Figura 13: Campeonato Nacional de Boxe de Seniores

Neste evento articulei, junto dos atletas, a inscrição dos interessados em participar.

Festival de artes marciais e desportos de combate

A Figura 14 apresenta o cartaz de publicitação do festival de artes marciais e desportos de combate realizado nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2021.



Figura 14: Festival de Artes Marciais e Desportos de Combate

As Figuras 15, 16 e 17 apresentam imagens do festival de artes marciais e desportos de combate realizado nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2021.



Figura 15: Festival de Artes Marciais e Desportos de Combate



Figura 16: Festival de Artes Marciais e Desportos de Combate



Figura 17: Festival de Artes Marciais e Desportos de Combate

O festival de Artes Marciais e Desportos de Combate, decorreu em Matosinhos. A noite foi de boxe profissional no Pavilhão de Congressos de Matosinhos, sorrindo a vitória a Nancy Moreira, ao Rúben Torres, ao Sydney Rosa, ao Paulo Moreira, ao Francisco Gomes e ao Jorge Silva.

Fight Night

Evento de boxe, que decorreu no dia 23 de Abril de 2022, no centro de artes marciais e desportos de combate, Arena de Matosinhos.

A figura 18 apresenta o cartaz de publicitação do evento Fight Night, para disputa do cinturão mundial WBL.

A figura 19 apresenta o cartaz de publicitação da gala dos campeões que decorreu no dia 4 de Junho de 2022 no Arena Matosinhos. De seguida a figura 20 revela uma imagem real deste evento.



Figura 18: Fight Night

Gala dos campeões

Uma organização da secção de boxe do Boavista e que contou com 2 combates profissionais.

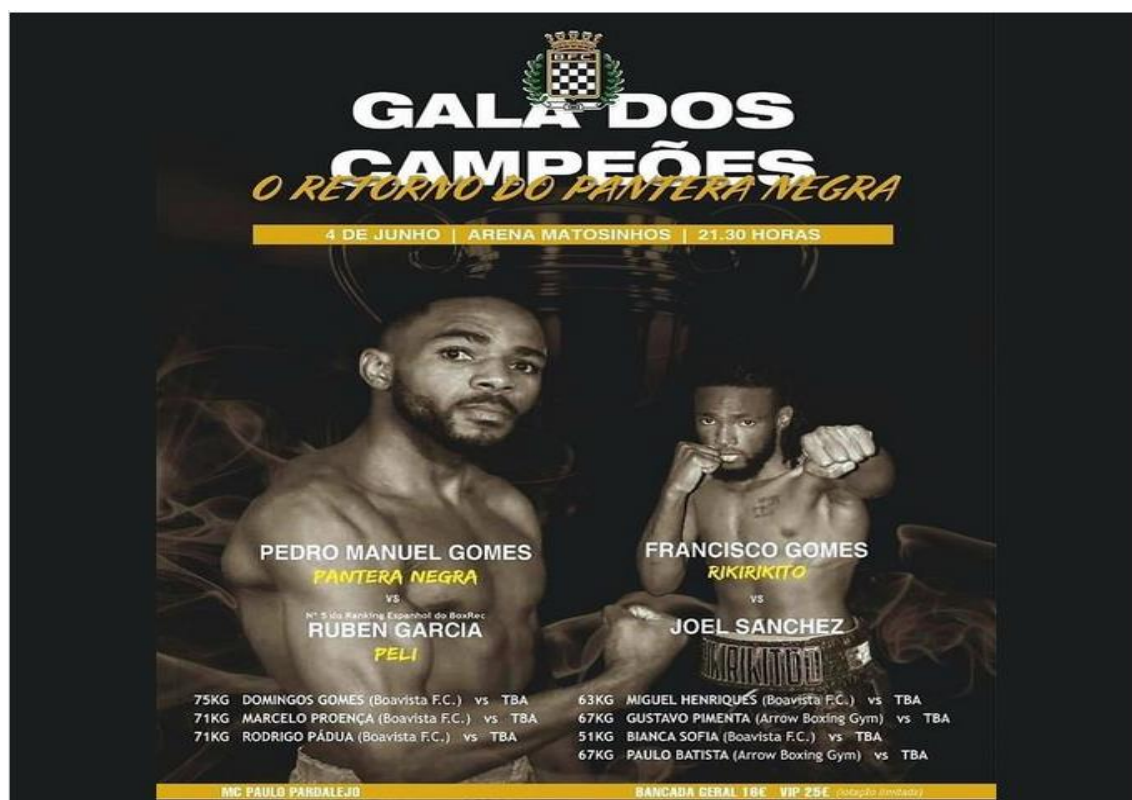


Figura 19: Gala dos campeões

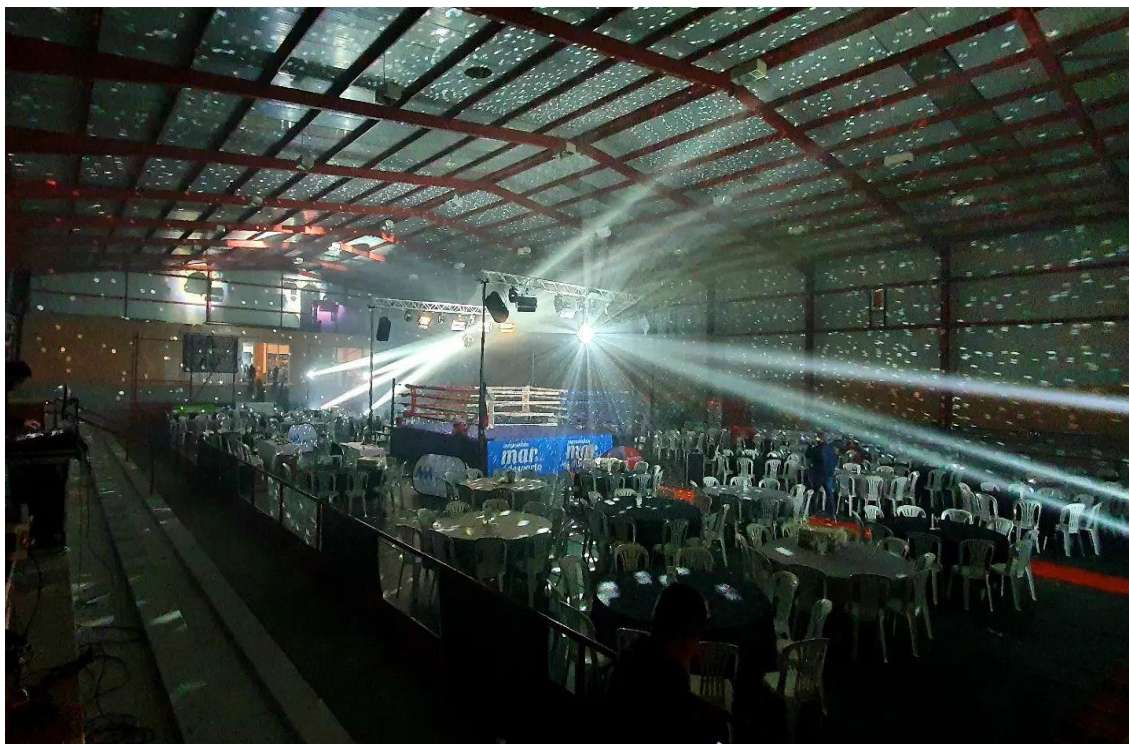


Figura 20: Gala dos campeões

Open Nacional de Boxe Iniciados/ Boxing Taça Lisboa

Eventos planeados, ainda não concretizados, a realizar em data após término do estágio.

Tive participação apenas no planeamento. Os cartazes de publicitação são apresentados na figura 21.



Figura 21: Eventos a decorrer após término do estágio

4. Reflexão Crítica e Conclusões

Com o término do estágio, é altura de parar, analisar o trabalho desenvolvido ao longo do ano e refletir sobre as atividades/tarefas realizadas. Numa primeira análise, na perspectiva de integração na equipa de trabalho e dinâmica do Departamento de Boxe, posso concluir que não podia ter corrido de melhor forma.

Quero com isto dizer, que além de ter sido muito bem recebido, dado que já conhecia o departamento de boxe, de uma experiência de formação anterior, em contexto de formação de treinador de boxe nível 1.

A contextualização do gestor com a organização permite que este esteja mais preparado para empregar os seus conhecimentos, de maneira a que se enquadrem na estrutura onde decorre o estágio. A realização das tarefas atribuídas, permitiu-me conhecer o modo de funcionamento do departamento.

Relativamente às ligações com os restantes departamentos, foi uma tarefa mais difícil de concretizar, uma vez que não lidava diariamente com os mesmos. Contudo, ficou para mim evidente, para o progresso e correto funcionamento da entidade, um bom relacionamento entre os seus elementos facilita que se atinja o fim a que nos propomos.

A comunicação interna é essencial para o bom relacionamentos numa organização, quer ao nível pessoal como profissional, aumentando a confiança e, consequentemente, o rendimento da uma equipa. É necessário que seja aplicada uma política de comunicação interna na organização, contribuindo para a informação dos seus colaboradores sobre objetivos e projetos da empresa (Lovelock & Wirtz, 2010).

Este estágio permitiu-me perceber que há uma necessidade de mudança de algumas mentalidades. Alguns elementos da organização estão na mesma há muitos anos, pelo que estão habituados a algumas rotinas e vícios que podem estar já desenquadrados com a dinâmica da organização.

Existe alguma resistência à mudança o que constitui um entrave a novas ideias e projetos. O trabalho na área da comunicação interna foi fundamental para aproximar gerações e quebrar barreiras, para que todos trabalhassem para um objetivo comum.

Esta questão é abordada por Pires e Lopes (2001), que expõem uma problemática recorrente nas organizações, o envelhecimento do staff e a falta de contratação de novos elementos. Este fator acaba por constituir um problema para a organização, uma vez que, os gestores, ou profissionais à frente da entidade, ao não acompanhar as alterações da envolvente passam a constituir um problema para a mesma (Pires & Lopes, 2001).

As bases de dados são ferramentas potenciadoras de resultados positivos de uma atividade, ou projeto, assim como de aproximação do clube ao público-alvo (Sá & Sá, 2009).

Como tal, também a tecnologia web integra a estratégia do clube. Desta feita, por recurso a sistemas que auxiliam a informação (notícias, dados da equipa), o relacionamento (interatividade, entretenimento, diálogo) e os negócios (comércio, serviços), também os clubes, e restante mercado desportivo, ambicionam, igualmente, conquistar novos.

As tecnologias de informação revelaram-se ferramentas extremamente úteis pois permitiram compilar muitas informações num mesmo espaço, que resultou numa diminuição de tempo de acesso às mesmas e uma abrangência muito maior.

Pude trabalhar e observar as diferentes fases de gestão, desde o planeamento, organização, construção, avaliação, controlo e implementação (Claudino, 2000). Em diversas alturas tive de me superar, ultrapassando contratempos e problemas que foram surgindo, conseguindo criar alternativas e integrar soluções.

A prática do papel de gestor nunca está terminado pois diariamente aparecem novos desafios que necessitam de intervenção. No que diz respeito a aspetos menos positivos do estágio, não tenho nenhuma tarefa ou projeto do qual possa afirmar que não tenha gostado de participar. Porém, evidencio um conjunto de dificuldades que não permitiram a execução de determinadas tarefas. Os escassos recursos financeiros aliados à falta de recursos materiais e apoio do clube, constituem um entrave ao desenvolvimento de projetos.

Os anos em que o clube esteve afastado da ribalta influenciaram negativamente o seu funcionamento, estando, neste momento, a instituição a tentar organizar-se internamente, a recuperar também da fase pós Covid 19.

Por fim, não poderia deixar de falar das competências adquiridas através deste estágio: desde os conhecimentos adquiridos ao observar e ao executar as mais diversas tarefas, até

aos contactos realizados com parceiros que possam fazer parte da minha carteira profissional, a conhecer profissionais exemplares cuja conduta quero levar para a minha vida futura, à experiência na gestão de conflitos entre recursos humanos e por testar a minha capacidade de trabalho, criatividade e de inovação.

Posso ainda referir que tive a possibilidade observar, ou demonstrar, algumas competências multidisciplinares valorizadas num gestor, como são: capacidade de planeamento, gestão de recursos, liderança, marketing e de coordenação de equipas (Joaquim et al., 2011). Pratiquei competências pessoais e interpessoais, como a comunicação, planeamento e visão de futuro.

Referências Bibliográficas

Afonso, F. Q. (2021). O boxe é um mundo muito pequeno em Portugal: precisamos de mais público. *Noticias ao minuto*. Consult. 31.03.2022, disponível em <https://www.noticiasao minuto.com/desporto/>.

Afonso, F. Q. (2021). *O Combate à Delinquência Juvenil: A possível eficácia da prática do boxe enquanto fator de proteção*. Porto: F. Afonso. Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

Alcântara, J. (2005). J. O. Georg Simmel e o conflito social. *Caderno Pós Ciências Sociais*. São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun, 7-14.

Allen, J., O'Toole, W., McDonnell, & Harris, R. (2002). *Organização e Gestão de Eventos*. 2ª ed. London: Routledge.

Assembleia da república (1990). Lei 1/90 de 13 de Janeiro. Diário da República n.º 11/1990, Série I de 1990-01-13.

Baptista, M. (2006). *Golfe e ambiente: a componente ambiental no consumo e na oferta de golfe: Estudo aplicado aos gestores e consumidores dos campos de golfe de Lisboa*. Cruz- Quebrada: M. Baptista. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana.

Barros, A. (2000). *Boavista Futebol Clube: A primeira história*. Porto: Lello Editores.

Bastos, F. C. & Rocha, C. M. (2011). Gestão do Esporte: definindo a área. *Revista brasileira Educação Física Esporte*, 25, 91-103.

Bento, J. (2004). Desporto e Humanismo: o campo do possível. *Revista Ação & Movimento: Educação Física e Desportos*, 1 (3), março/abril 2004; 1(1), 30-38.

Brandão, H. P., & Guimarães, T.A. (2001). Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? *RAE - Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 41 (1), pp. 8-15.

Brooks, C. M. (1994). *Sports Marketing. Competitive Business Strategies for Sports*. New Jersey: Prentice-Hall, In. Bühler, A. W., & Nufer, G. (2006). *The nature of sports marketing*. Reutlinger Diskussionsbeiträge zu Marketing & Management, pp. 2-22. Consult. em 02.04.2022, disponível em <http://hdl.handle.net/10419/57403>.

Brighenti, O., Clivaz, C., Délétroz, N., & Favre, V. (2005). *Sports Event Network for Tourism and Economic Development of the Alpine Space*. In J.- L. Chappelet (Ed.) *From Initial Idea to Success: A Guide to Bidding For Sports Events For Politicians And Administrators*. Switzerland: Sentedalps Consortium.

Capucha, L. (1990). Associativismo e modo de vida num bairro de habitação social. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 8 pp.29-41.

Cohen, J. e Arato, A. (1999). Civil society and political theory . *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27, p. 29-82.

Caramenz, R.P.C. (2001). *Importância e análise de programas de patrocínio desportivo: estudo em organizações desportivas portuguesas profissionais e não profissionais*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.

Carvalho, J. M. S. (2005). *Organizações não Lucrativas: Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho*. Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, M. J. (2007). *Os elementos estruturantes do regime jurídico do desporto profissional em Portugal*. Porto: M.J. Carvalho. Dissertação de doutoramento apresentada à faculdade de desporto da universidade do Porto.

Castejon, P. B. (1977). *A Racionalização das Escolhas em Matéria de Política Desportiva*. Lisboa: Direcção Geral dos Desportos.

Committee, I.O. (1999). *Olympic Movement's Agenda 21: Sport for sustainable development*. Consult. em 23 de março de 2022, disponível em http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_300.pdf.

Constantino, J. M. (1999). *Desporto: Políticas e autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (2006). *Desporto: Geometria de equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cohen, J. & Rogers, J. (1995). *Associations and democracy*. London: Verso.

Correia, A. (2001). *Marketing Estratégico de Eventos Desportivos*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.

Costa, A. (2011). *Prática desportiva e rendimento académico: um estudo com alunos do ensino secundário*. Coimbra: A. F. Costa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Costa, P. J. A. (2014). *A Prevenção da Violência nos Espetáculos Desportivos*. Lisboa: P.J.A. Costa. Relatório de estágio do final do trabalho de investigação aplicada, apresentado na academia militar.

Costa, L. (2008). Posicionando questões básicas sobre meio ambiente em megaeventos esportivos e na Copa do Mundo de Futebol 2014 a ser realizada no Brasil. In D. C. Lamartine Da Costa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano, Ana Miragaya (Ed.). *Revista brasileira de educação física e esporte*, 29(4), pp. 493-506.

Cruz, E. (2018). *Gang prevention for youth through boxing and anger management training: A grant proposal*. Long Beach: California State University.

Fernandes, E. (2003). O associativismo no tempo da globalização: Voluntariado e cidadania democrática. *Revista intervenção social* nº 24, pp. 159-190.

Gabinete do secretário de estado da juventude e do desporto (2017). Despacho 5338/2017, de 19 de Junho. Diário da República n.º 116/2017, Série II de 2017-06-19.

Gabinete do secretário de estado da juventude e do desporto (2018). Aviso 8415/2018, de 21 de Junho. Diário da República n.º 118/2018, Série II de 2018-06-21.

Gil, J.F.L. (2018). *A Comercialização no desporto: gestão orientada para a promoção do clube*. Porto: J.F.L. Gil. Relatório de estágio profissionalizante na Área Comercial e Relações Públicas do Boavista Futebol Clube, apresentado à faculdade de desporto da universidade do Porto.

Gohn, M.G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Hall, C. M. (1989). The definition and analysis of hallmark tourism events. *GeoJournal*, 19(3), 263-268.

Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press.

Jean, L. & Arato, A. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.

Jesus, M. B. (1999). *Marketing Desportivo em Clubes e Academias*. Cacém: A. Manz Produções.

Joaquim, B. A., Batista, P. M. & Carvalho, M. J. (2011). Revisão Sistemática sobre o perfil de competências do gestor desportivo. *Movimento: Revista da escola de educação física*, 17 (1), pp. 255-279.

Jump, D. (2017). Why we should think some more. A response to ‘when you’re boxing you don’t think so much’: pugilism, transitional masculinities and criminal desistance among young Danish gang members. *Journal of youth studies*, 20(8), 1093-1107.

Jump, D., & Smithson, H. (2019). *Boxing: can the sport really help turn young men away from violent crime*. *The Conversation*. Consult. 03/03/2022, disponível em <https://theconversation.com/boxing-can-the-sport-really-help-turn-young-men-away-fromviolent-crime-114881>.

Lee, S. (2001). A Review of Economic Impact Study on Sport Events: Sport management program united states sports academy. *The Sport Journal*, 4. Consult. 20.02.2022, disponível em <http://www.thesportjournal.org/2001Journal/Vol4-No2/economic-sports.asp>.

Lopes, J. (2017). *Gestão do Desporto*. Manual de Curso de Treinadores de Desporto. Grau III. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude. Consult. 03.04.2022, disponível em <https://ipdj.gov.pt/GrauIII>.

Manual de cursos de treinadores de desporto Grau III Gestão do Desporto. Consult 02 maio 2022, disponível em <https://omirante.pt>; <http://www.fpboxe.pt>.

Méndez, R. B. (2014). Evolución de la gestión del deporte en el territorio español: síntesis. *Revista Retos* n.º. 26, junio-diciembre, pp. 134-137.

Ministério da educação (1993). Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de abril. Diário da República n.º 97/1993, Série I-A de 1993-04-26.

- Parent, M. (2005). *Large-Scale Sporting Events: Organizing Committees and Stakeholders*. Edmonton: M. Parent. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculty of Physical Education & Recreation.
- Pereira, H. C. (2012). *Associativismo e Capital Social: O perfil sociológico dos dirigentes das cooperativas de consumo em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Peters, M., Pikkemaat, B. (2006). Innovation in Tourism. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 6(3), 1 - 6.
- Pires, G. (2005). *Gestão do Desporto: Desenvolvimento organizacional*. 2.^a Edição. Porto: APOGESD.
- Pires, G., Sarmiento J.P. (2001). Conceito de Gestão do Desporto: Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 1(1):88-103.
- Pordata (2021). *Praticantes Desportivos Federados*. Base de dados PORDATA consult, 20 de Novembro de 2021, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes/desportivos/federados/pormilhabitantes-2237>.
- Poliakoff, M. (1995). *Combat Sports in the Ancient World: Competition, Violence, and Culture*. New Haven: Yale University Press.
- Presidência do conselho de ministros (2007). Decreto-lei 391/2007 de 13 de Dezembro. Diário da República n.º 240/2007, Série I de 2007-12-13.
- Putman, R. (1995). Bowling Alone: America's Declining Social capital. *Journal of Democracy*, 6 (January), 65-78.
- Sá, C., & Sá, D. (2002). *Marketing para Desporto: um jogo empresarial*. (2.^a ed.). Porto: Edições IPAM.
- Sarmiento, J.P. , Pinto, A. e Oliveira, A.E. (2006). O perfil organizacional e funcional do gestor desportivo em Portugal. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, nº20 (Suplemento n.5), 8-16.
- Sarmiento, J. P., & Caraméz, P. (2005). Estratégias de Comunicação em Organizações Desportivas. *Revista Portuguesa de Gestão de Desporto*, 2, 56-68.

Sarmiento, J. P., Pinto, A., & Oliveira, A. E. (2006). O perfil organizacional e funcional do gestor desportivo em Portugal. *Revista brasileira.Educação Física Esporte*, 20, pp. 153-155.

Secretário de estado do desporto e juventude (2007). Lei n.º 5/2007. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007-01-16.

Secretário de estado do desporto e juventude (2013). Despacho 5344/2013 de 22 de Abril. Diário da República n.º 78/2013, Série II de 2013-04-22.

Seixas, J. (2013). *A Cidade na Encruzilhada:Repensar a cidade e a sua política*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Soares, S.F. (2017). *Gestão do desporto e dos processos num departamento municipal*. Porto: S.F. Soares. Relatório de estágio profissionalizante apresentado à faculdade de desporto da universidade do Porto.

Tassimari, L. (2007). *Gestão esportiva: uma abordagem sobre a disposição e a contextualização das organizações esportivas*. Porto Alegre: Palávora.

Tocqueville, A. (1966). *Democracy in America*. London: Harper & Row.

Tocqueville, A. (2001). *Da Democracia na América*. Cascais: Principia.

Varanda, M.F.A. (2014). *Associativismo: A ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco*. Lisboa: M.F.A. Varanda. Dissertação de mestrado em metropolização, planeamento e sustentabilidade, apresentada à faculdade de ciências sociais e humanas da universidade nova de Lisboa.

Veloso, R. T. (2007). *Gestor de Eventos: Estudo de caso com dois Gestores de Sucesso em Portugal*. Porto: R. Veloso. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Viegas, J.M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspetiva comparativa europeia. *Revista sociologia, problemas e práticas*, nº 46, 33-50.

Warren, M. E. (2004). *Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia*, in Viegas, J.M.L., Pinto, A.C. e Faria, S. (2004). *Democracia, novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta Editora.

Zouain, D. M. e Pimenta, R. (2003). Perfil do gestor das organizações esportivas brasileiras. *Congresso Mundial de Gestión Econômica del Deporte. Barcelona*, Espanha, t. 3, p. 172-200.